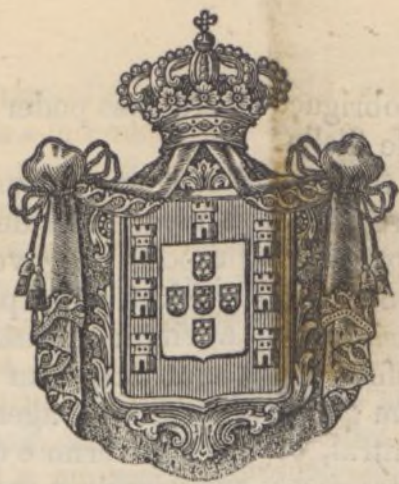


## ASSIGNATURAS

|                     |         |
|---------------------|---------|
| Por um anno         | 10\$000 |
| Por seis mezes      | 5\$600  |
| Por tres mezes      | 3\$000  |
| Avulso por folha    | \$040   |
| Anuncios, por linha | \$060   |

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



## ASSIGNATURAS

|                |         |
|----------------|---------|
| Por um anno    | 12\$000 |
| Por seis mezes | 6\$600  |
| Por tres mezes | 3\$600  |

Comunicados e correspondencias, por linha ..... \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos a loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

#### 2.ª Repartição

No segundo paragraho da resposta de Sua Magestade El-Rei á allocução da camara dos dignos pares do reino, publicada no *Diario de Lisboa* de 8 do corrente mez de maio, onde, por erro typographico, se lê—Hontem ainda resultado do espirito liberal da mocidade fortaleceu-o, e depurao-o, etc.—deve ler-se—Hontem ainda resultado do espirito liberal da mocidade, fortaleceu-o e depurao-o etc.—

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

#### 5.ª Repartição

Attendendo ao que me representou a junta de parochia e moradores da freguezia de Penha Garcia, no concelho de Idanha a Nova, pedindo a criação de uma cadeira de instrução primaria (primeiro grau), para ter assento na mesma freguezia; e

Considerando, que do processo organizado na conformidade da portaria regulamentar de 17 de outubro de 1859 se conhece, que é de incontestavel vantagem a criação de uma cadeira n' aquella freguezia, que tem perto de setecentas almas, conta aproximadamente cento e trinta menores de quatorze annos, e fica a distancia de dez kilometros, e por caminhos intransitaveis, principalmente na estação invernal, da localidade mais proxima, onde existe escola publica;

Considerando que a junta requerente se compromette a proporcionar casa, e a fornecer a mobilia necessaria para a nova escola;

Conformando-me com o parecer do conselho geral de instrução publica, interposto na sua consulta do 19 do corrente; e

Usando da faculdade conferida pelo artigo 15.º do decreto com força de lei de 20 de setembro de 1844, e pela lei do orçamento geral do estado:

Hei por bem crear uma cadeira de ensino primario (primeiro grau) no lugar e freguezia de Penha Garcia, concelho de Idanha a Nova, districto de Castello Branco; devendo, porém, não se abrir concurso para o seu provimento, sem que o governador civil respectivo faça previamente verificar pelo administrador do dito concelho, se a casa e mobilia offerecidas satisfazem cabalmente ao fim para que são destinadas.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 25 de abril de 1860. —REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Tendo subido á minha real presença o processo, organizado na conformidade da portaria regulamentar de 17 de outubro de 1859, sobre a criação de uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa e concelho de Borba, pedida pela respectiva camara municipal; e

Verificando-se pelas informações e mais esclarecimentos, que instruem o dito processo, que é de urgente necessidade e de reconhecida vantagem a criação da escola pedida, a qual póde aproveitar a mais de sessenta meninas, que estão privadas do beneficio da instrução por não haver escola publica a distancia menor de vinte e cinco kilometros;

Considerando que a camara municipal requerente se promptifica a dar casa e mobilia para assento e exercicio da escola;

Conformando-me com o parecer do conselho geral de instrução publica; e

Usando da autorisacão conferida pelo artigo 40.º do decreto com sancção legislativa de 20 de setembro de 1844, e pela lei do orçamento geral do estado:

Hei por bem crear uma escola de instrução primaria para o sexo feminino na villa de Borba, districto de Evora; devendo, porém, não se abrir concurso para o provimento d'ella, sem que o governador civil respectivo faça previamente verificar pelo administrador do concelho, se a casa e mobilia offerecidas satisfazem cabalmente ao fim para que são destinadas.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 25 de abril de 1860. —REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

#### Repartição de minas—2.ª Secção

Tendo requerido Luiz de Sousa Faria e Mello, que nos termos do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, e respectivo regulamento de 9 de dezembro de 1853, se lhe concedesse a certidão dos direitos de descoberta de uma mina de cobre, sita em Cherez e Barcas, concelho de Villa Nova de Reguengos, districto de Evora;

Vistos os documentos por onde se prova que o supplicante satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado decreto;

Visto o relatório do engenheiro João Ferreira Braga, inspector das minas do 4.º districto do reino, que por ordem do governo examinou a posição do jazigo, e verificou a existencia do deposito, como determina o artigo 13.º do mesmo decreto;

Visto o parecer do conselho de minas, emitido na sua consulta de 17 do corrente mez, o qual considera o requerente legalmente habilitado na qualidade de descobridor da mina de que se trata;

Ha por bem Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a mencionada consulta do conselho de minas, e com a informação a este respeito havida do ajudante do procurador geral da coroa junto do ministerio das obras publicas, commercio e industria, declarar:

1.º Que o supplicante é reconhecido como proprietario legal da descoberta da mina de cobre sita em Cherez e Barcas, concelho de Villa Nova de Reguengos, districto de Evora, cuja posição se acha

topographicamente designada na planta que por copia acompanha a presente portaria.

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, notados na planta junta com traços de cor vermelha, abrangem um pentagono indicado com as letras M N O P Q cujos vertices são os seguintes: monte do Cherez de baixo, margem esquerda do Guadiana junto ao caminho que vae para Mourão, casa do Mendonça, monte Novo, e o extremo da herdade do Gato junto ao caminho que vem dos moinhos, comprehendendo uma superficie de um milhao quinhentos e sessenta mil metros quadrados.

3.º Que, nos termos do artigo 14.º do citado decreto, são concedidos ao requerente seis mezes contados da publicação d'esta portaria no *Diario de Lisboa*, para organizar uma companhia, ou mostrar que tem os fundos necessarios para a lavra; na intelligencia de que, não se habilitando n'estes termos, e dentro d'aquelle praso improrogavel, será a concessão d'esta mina posta a concurso na conformidade da lei.

4.º Que pelo presente diploma são conferidos ao supplicante, para todos os efeitos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem como descobridor da mencionada mina.

O que tudo se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos, ficando obrigado a apresentar n'este ministerio certidão de haver feito registrar na respectiva camara municipal a presente portaria na sua integra, sem o que não terá inteira validade.

Paço, em 26 de abril de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para Luiz de Sousa Faria e Mello.

### SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar no dia 12 do corrente, sendo a ordem do dia os pareceres que as commissões apresentarem, e a interpellacão do digno par visconde de Fonte Arcada.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 9 de maio de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

### CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de sessenta dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do lugar de administrador da alfandega do Ambriz, na provincia de Angola, com o ordenado de 480\$000 réis e a percentagem, que se calcula em mais de 160\$000 réis, affora os respectivos emolumentos, tudo em moeda provincial.

Os que pretenderem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida e a de recenseamento e sorteamento a que se refere o artigo 54.º da lei de 27 de julho de 1855, documentos com que provem as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselho ultramarino, em 8 de maio de 1860.—João de Roboredo, secretario.

### CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que pretende dar de arrematacção, em hasta publica, a feitura dos canos de ferro fundido, que têm de ser empregados para a conduccão de agua ao novo matadouro do gado no sitio da Cruz do Taboado. As pessoas que quizerem fazer a dita obra na forma das condicções, que desde já estão patentes na casa da mesma camara, podem comparecer nos paços do concelho no dia 18 do corrente mez, pela uma hora da tarde.

Camara, em 9 de maio de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, no dia 10 do corrente, pelas onze horas, serafina para camisolos, cartuxos, e panno azul ordinario para bonets, tudo para consumo da armada.

O mesmo conselho ha de comprar no mesmo dia, pela uma hora da tarde, vinte cascos de vinho tinto, e seis de vinagre, para consumo da armada.

O mesmo conselho ha de comprar em hasta publica no dia 11 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, 36 peças de fillete de diversas cores, para o serviço da armada.

No dia 11, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica, na sala das suas sessões, o fornecimento, pelo tempo que se convenienciar, do cebo em pão e em velas, para consumo da armada.

No dia 12 ha de o mesmo conselho comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, pelo meio dia, 150 barris estancques ferrados, cada um dos quaes possa conter seis alminhas de vinho, para uso da armada.

No dia 14 do corrente ha de o mesmo conselho, na sala das suas sessões, pelo meio dia, comprar em hasta publica 100 colchões e travessieiros de lã, para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 8 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 13 do corrente, para a Madeira, a rasca *Assumpção*; e a 15, para S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Fayal, o vapor *Agoriano*; e para S. Thiago de Cabo Verde o brigue *Coradidade*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terceiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 9

de maio de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS DIGNOS PARES

Erratas á sessão de 25 de abril de 1860, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 402 de 4 do corrente.

A pag. 466, 2.ª col., lin. 17, do discurso do digno par o sr. conde do Bomfim, onde se lê—continuariam a apresentar-se—leia-se—continuariam a apresentar-se—

Idem, idem, lin. 27, idem, onde se lê—e antigo amigo visconde de Sá fez parte das campanhas que nos referiu também as ordens do marechal Wellington—leia-se—e antigo amigo visconde de Sá fez parte das campanhas que nos referiu também e certo que eu as fiz ás ordens do illustrissimo marechal Wellington na batalha do Vimieiro—

Idem, 3.ª col., lin. 81, idem, onde se lê—o rio...—leia-se—rio Tornes—

Idem, idem, lin. 94, onde se lê—o commissario inglez—leia-se—o commissariado inglez—

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 9 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 65 srs. deputados.

O sr. Presidente declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Vendo o meu nome assignado sem declaração ao parecer n.º 66 (que era n.º 79 de 1859) da commissão de guerra da legislatura ultima, declaro que se o dito nome ali se acha ou foi por equivoquo, ou esquecimento meu, por isso que eu, no assumpto em questão, não podia conformar-me com o parecer.—F. L. Mousinho de Albuquerque, de tado por Leiria.

2.º Do sr. Pinto de Magalhães, de que o sr. J. A. Maia não comparece na sessão de hoje, e a mais algumas, por se achar bastante doente.—Inteirada.

3.º Do sr. Avila, de que o sr. Costa Lobo não pôde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado.—Inteirada.

4.º Do sr. Rebello Cabral, de que o sr. Dias de Azevedo não comparece na sessão de hoje, e por ventura a mais algumas, por incommodo de saude.—Inteirada.

#### CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Abóim, datado do dia 8, participando que por incommodo de saude lhe não foi possivel acompanhar a deputação para que foi nomeado; e pelo mesmo motivo não pôde assistir á sessão de hontem.—Inteirada.

2.º Do ministerio do reino, acompanhando as respostas autographas da camara municipal e associação commercial do Funchal, ambas accordes em que seria prejudicial a lei que permittisse a entrada na ilha da Madeira de vinho de Portugal, satisfazendo assim ao requerimento dos srs. Camara Leme e Gonçalves de Freitas.—Para a secretaria.

3.º Uma representação de algumas pensionistas do estado, pedindo que se lhes paguem por inteiro as suas pensões.—A commissão de fazenda.

4.º Dos contribuintes do concelho de Trancoso, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

5.º Da camara e concelho municipal de Estarreja, pedindo que se votem os meios para a construcção de dois pequenos ramais de estradas que indica.—A commissão de obras publicas.

6.º Da camara municipal de Lamego, pedindo que se votem os meios para a construcção da estrada entre Lamego e Vizeu.—A commissão de obras publicas.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º, Requerio que o governo, pelo ministerio da marinha e ultramar, haja de remetter com urgencia a esta camara:

I A copia da synopse de toda a correspondencia, que até hoje tem sido enviada áquelle ministerio, pelo governador da provincia de S. Thomé, Luiz José Pereira e Horta.

II A copia da synopse de toda a correspondencia, que ao governo tem enviado o delegado do procurador regio, o dr. Benjamin Cupertino Freire da Fonseca Abranches Castello Branco.

III A synopse de todas as portarias que, em relação áquellas correspondencias, têm sido expedidas pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar.

IV A copia do relatório e propostas que o dito governador Horta deve ter remetido ao ministerio da marinha, em cumprimento ao artigo 14.º do decreto de 7 de dezembro de 1836, visto ter elle tomou posse ha mais de um anno, isto é em 7 de fevereiro de 1859, como consta do *Boletim de S. Thomé* n.º 64 de 19 do mesmo mez.

V A synopse de todas as consultas que têm sido dadas pelo auditor junto ao ministerio da marinha o dr. Levy Maria Jordão, relativas aos negocios de S. Thomé.

VI A copia da consulta ou consultas do mesmo auditor o dr. Levy, sobre as queixas de varios padres, que a titulo de serviço, tinham sido mandados da ilha do Principe, pelas auctoridades da provincia de S. Thomé; uns para a ilha de S. Thomé e outros para Ajuda, tendo o governo depois ordenado, por portaria de 16 de janeiro de 1860, que fossem restituídos á ilha do Principe, como elles pretendiam.

VII A copia das portarias de 16 de janeiro de 1860, relativas aos padres alludidos.—Bernardo Francisco de Abranches, deputado pela ilha de S. Thomé.

2.º Requerio igualmente que o governo, pelo ministerio da marinha e ultramar, informe com urgencia a esta camara, qual era o estado do cofre da fazenda da provincia de S. Thomé, na occasião em que o major Luiz José Pereira e Horta tomou posse do governo d'aquella provincia; e qual é o esta-

do actual do mesmo cofre, segundo as ultimas noticias que deviam ter chegado no fim de abril ultimo. E bem assim requiero, que o governo envie a esta camara a nota da receita e despeza da provincia de S. Thomé, nos tres ultimos proximos annos economicos até ao presente.—Bernardo Francisco de Abranches, deputado pela ilha de S. Thomé.

3.º Pela terceira vez requiero, que se peça ao governo, pela secretaria dos negocios do reino, remetta a esta camara nota da epocha em que tiveram lugar as ultimas audiencias geraes nas comarcas de S. Miguel e da Terceira;

Quantas causas foram julgadas;

Quaes (nominalmente) foram os juizes que a ellas presidiram.—O deputado, D. José Manuel de Menezes de Alarcão.

4.º Requerio que se officie ao governo para que, pelo ministerio das obras publicas, remetta a esta camara uma copia do relatório feito pelo engenheiro Chelmit sobre a construcção das estradas nas provincias do sul, depois da ultima inspecção que fez ás mesmas estradas.—O deputado, A. Pequeto de Seixas e Andrade.

5.º Requerio que se peça ao governo, pelo ministerio da marinha, que mande publicar no *Diario de Lisboa* a correspondencia que houve do governador de S. Thomé e Principe com o governo, a respeito do procedimento havido pelo referido governador com o delegado do procurador da coroa e fazenda d'aquella comarca.—H. G. da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

6.º Renovo o requerimento que fiz, em sessão de 18 do fevereiro ultimo, sobre esclarecimentos pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria.—Henriques Secco.

7.º Renovo o requerimento que fiz em sessão de 23 de março do anno passado, e que ainda está por satisfazer, por parte do governo.—Henriques Secco.

8.º Requerio se devolvam ao governo os balancetes da receita e despeza da provincia de Cabo Verde, por não serem necessarios na camara, em quanto não chegarem da provincia de Cabo Verde os documentos justificativos dos mesmos balancetes, como já por mim foi declarado no ultimo requerimento que fiz sobre este objecto.—Antonio Maria Barreiros Arrobas.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Renovo a iniciativa do projecto de lei da commissão especial de foraes, do 1.º de abril de 1857, designado com o n.º 38, do mesmo anno, sobre proposta do governo de 28 de março de 1857, n.º 29-B, e tendente a declarar que nas vendas dos fôrros e pensões pertencentes á fazenda nacional, effectuadas e que se effectuem, se comprehendam e comprehendem todos os direitos dominicaes pertencentes á fazenda no acto da venda.—O deputado por Braga, Custodio de Faria Pereira da Cruz.»

É remetida á commissão de foraes.

O sr. Coelho do Amaral:—pretendendo apresentar uma proposta, assignada por mais alguns srs. deputados que representam o circulo da Beira central, e desejando sobre ella chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas, pede que se lhe reserve a palavra para quando s. ex.ª estiver presente.

O sr. Crispiniano da Fonseca:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Rezende, em que pede ao corpo legislativo medidas e providencias tendentes a melhorar o estado em que actualmente se acham as rodas dos expostos. Esta representação é assignada não só pelos illustres membros da camara municipal, mas tambem pelo dignissimo administrador d'aquella concelho, e são de opinião que se decentralisem as rodas dos expostos, e que se erie uma roda em cada uma comarca. Não occupa a attenção da camara com a exposição dos motivos da dita representação, e nem diz agora qual a sua opinião a tal respeito.

Sente não ver presente o sr. ministro do reino, porque queria chamar a sua attenção sobre este objecto, que é importante, e deve por esta occasião dizer, que as rodas no estado em que se acham não satisfazem o seu fim, e precisam de prompta reforma.

Mandando para a mesa a presente representação, cumpre o seu dever, o julga que deve ser remetida á commissão de administração publica para que a tome na consideração que ella merece.

O sr. Pequeto:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da Figueira, pedindo que se restabeleça alla uma comarca.

O sr. Pereira de Carvalho de Abreu:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Vieira, pedindo que o julgado do mesmo nome seja elevado á categoria de comarca, annexando-se-lhe as freguezias de Serzedello, S. Bartholomeu da Esperança e Brunhaes, do julgado da Povoa de Lanhoso; as de Villar da Veiga, Ricaldo e Valdesendo, do de Terras do Bouro; e as de Cabril, Covello, Santa Marinha de Ferral e Venda Nova, do de Mont'Alegre.

É justissimo o pedido da camara municipal de Vieira. As freguezias annexadas ficam na verdade muito mais proximas do julgado de Vieira do que dos julgados em que presentemente se acham incorporadas, e até as primeiras quatro já pertenceram áquella julgado, do qual foram desmembradas pela ultima divisão territorial, que todos sabem o quanto foi defeituosa.

O julgado de Vieira assim engrandecido e arredondado constitue uma bella comarca, rica, populosa, e com todos os elementos precisos para responder ao seu fim; sendo para notar, que o movimento forense do julgado, sem este legitimo engrandecimento, é já tal que obrigou o governo a crear ali mais um officio de escrivão do ordinario para dar expediente ao serviço publico.

A criação de uma comarca em Vieira não é só uma conveniencia, é tambem uma necessidade, e uma necessidade instantanea, logo que seja approvada a proposta do sr. ministro da justiça para a suppressão dos julgados ordinarios.

De Braga a Mont'Alegre, na extensa linha de mais de 60 kilometros, não ha actualmente senão a comarca da Povoa de Lanhoso, que fica quando muito a 12 kilometros de Braga e a mais de 45 de Mont'Alegre, e n'esta grande área de 48 kilometros só estancaia presentemente o julgado de Vieira. Extinctos os julgados ordinarios, e não se creando uma comarca em Vieira, teriam as freguezias de que se compõe este julgado de ser incorporadas na

comarca da Povoa de Lanhoso, para que menos mal ficam ainda do que para a de Mont'Alegre, e por consequencia os moradores das mais remotas localidades de fazer um trajeto de mais de 30 kilometros para chegarem á sede da sua comarca, gastando não menos de tres dias, incluida a ida e volta, para ali aviarem o mais simples negocio! Isto seria altamente incommodo e vexatorio para os povos do julgado de Vieira, e por isso a sua elevação a comarca torna-se indispensavel.

O que seria muito dispensavel, e mesmo conveniente, era a suppressão da comarca da Povoa de Lanhoso, uma vez creada a de Vieira, porque as freguezias de que aquella se compõe poderiam commodamente ser annexadas parte á comarca de Vieira, e parte ás comarcas lemitrophes, de modo que os habitantes respectivos não fossem obrigados a percorrer uma distancia de mais de 12 ou 15 kilometros o maximo, para chegarem á sede das comarcas a que as mesmas freguezias se annexassem.

Mas, ou se conserve ou não a comarca da Povoa de Lanhoso, a criação da de Vieira é de palpitante necessidade.

Espera portanto que a illustre commissão de estatistica se apresse a dar quanto antes o seu parecer sobre a referida representação, podendo, se assim o julgar proficuo, proceder a averiguações sobre a exactidão dos fundamentos d'ella, que o resultado d'essas averiguações ha de confirmar tudo o que a digna camara assevera.

Manda tambem para a mesa outra representação da mesma camara municipal, pedindo se proceda á construcção da estrada de Braga a Chaves pela directriz marcada na carta de lei de 22 de julho de 1850, em conformidade com um requerimento, que teve a honra de apresentar aqui, sobre a directriz da mesma estrada. A representação vem perfectamente elaborada, e em presença dos fundamentos em que baseou aquelle requerimento, e das mais considerações que a favor d'elle se produzem n'esta representação, tinha fé de que os desejos da digna camara de Vieira e os d'elle, orador, serão attendidos pela illustre commissão de obras publicas no seu parecer. Manda finalmente para a mesa outra representação da referida camara municipal de Vieira, supplicando que se approve a proposta de lei offerecida pelo sr. Thomás de Carvalho, na sessão de 27 de fevereiro do corrente anno, e que se tomem na devida consideração varias ponderações momentosas que na dita representação se fazem, relativamente ás escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto.

O sr. Ferrer:—a commissão do ultramar tem uma grande quantidade de papeis relativos á negociação de Solor, mas faltam alguns; já a commissão fez um requerimento para que se remetterssem esses que faltam; pergunta pois se já vieram, e em caso contrario que se renove o pedido para o commissão poder dar o seu parecer, satisfazendo assim ás instancias do governo.

O sr. Presidente:—não consta que viessem ainda, e por isso se renova o requerimento.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa uma representação da camara municipal e habitantes do concelho de Soure, com duzentas e tantas assignaturas, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

O sr. Frazão:—envia para a mesa uma representação da commissão administrativa do hospital de Villa Franca de Xira, em que pede que não seja approvada a idéa da abolição das corridas de touros, por ser uma fonte de receita d'aquelle estabelecimento.

O sr. Silva Cabral:—manda para a mesa quatro representações, tres de diferentes freguezias do concelho de Torres Vedras, e uma da camara e cidadãos do concelho de Manteigas, todas ellas representando contra as medidas financeiras ultimamente apresentadas pelo governo.

O sr. Araújo:—manda para a mesa uma representação dos habitantes de Alcaer do Sal, contra as medidas financeiras apresentadas pelo sr. ministro da fazenda.

O sr. Xavier da Silva:—envia para a mesa dois requerimentos.

O sr. Placido de Abreu:—pede ao sr. presidente se sirva de perguntar ao sr. ministro das obras publicas quando póde estar presente antes da ordem do dia,



direito de fazer leis, interpreta-las, suspende-las e revoga-las, mas aqui fica alguma lei suspensa? Se ella ficasse suspensa, outra seria a decisão. Aqui o que se faz é suspender os effectos da lei a uma dada corporação.

O seu animo hontem não era contrariar o principio do se releva a camara municipal de Braga do menos bom uso, não diz mau, que ella fez da applicação dos fundos do municipio; o que queria ver se evitava era que se adoptasse um precedente que destroe toda a administração municipal.

O sr. Custodio de Faria:—entende que do mesmo modo que o corpo legislativo concede ao governo um bill de indemnidade, quando este pratica um facto contra lei, mas que justifica a necessidade que teve para assim proceder, pôde conceder ás camaras municipales o mesmo bill de indemnidade, quando ellas provarem que infringiram qualquer lei, porque a necessidade as levou a isso. O corpo legislativo é quem faz as leis, e por consequencia não ha duvida que o corpo legislativo pôde relevar esta camara municipal, e todas as camaras municipales que estiverem nas circunstancias d'esta, porque sem isso ellas não podem continuar á testa dos seus municipios.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—deve um testemunho ás verigações passadas da camara municipal de Braga, porque parte d'estes desvios administrativos, principiou ou continuou quando elle esteve em Braga; a camara pôde estar certa de que da parte d'aquelles cavalheiros não houve o mais pequeno desvio dos dinheiros do municipio, não houve senão o que ha sempre, começando pelos governos, que muitas vezes tiram verbas de uns capitulos para os outros, e um bill de indemnidade lhes é concedido sempre, porque ha certeza de que não desviaram esses fundos para os metter em si, mas para o serviço publico. Foi isto mesmo que succedeu á camara de Braga.

O fiscal de tudo isto é o governo, pelo seu relatório se vê que a camara municipal não podia deixar de fazer o que fez, e por isso deve ser relevada, e conformando-se, por consequencia, com o artigo em discussão vota a favor d'elle.

É aprovado o artigo 2.º

O sr. Custodio de Faria:—requer que se discutam conjuntamente os artigos 3.º e 4.º

Assim se vence.

O sr. Mello Soares:—parece-lhe que não se deve lançar um estigma singular para a camara de Braga, como se estabelece no § unico do artigo 4.º, e por isso manda para a mesa a seguinte emenda: «Propoño a eliminação do § unico do artigo 4.º»

—Mello Soares.

É admittida á discussão.

O sr. Justino de Freitas:—concorda com o sr. Mello Soares, e entende mesmo que, quando o § fosse aprovado, não se podia n'elle fazer referencia á lei de 26 de agosto de 1848, porque não tinha logar para aqui.

O sr. Custodio de Faria:—como relator da commissão, e por parte da mesma, concorda na eliminação.

São approvados os artigos 3.º e 4.º, e eliminado o § 1.º do artigo 4.º

Entra em discussão o artigo 5.º

O sr. Mello Soares:—o artigo releva a camara municipal por um tributo que começou a ser de 10 réis, continuou a ser de 20 réis, e acabou em 30 réis, e o § diz que elle continua, mas não declara se é como no principio, no meio ou no fim. Parece-me melhor que na lei se declare de quanto ha de continuar a ser o imposto. Nenhum tributo se lança para um fim determinado, sem se saber quanto é preciso para esse fim, e o quanto presumível do tributo; pergunta se este tributo tem termo fixo, ou se fica ao arbitrio da camara continua-lo, acabado o fim para que é destinado?

Manda para a mesa a seguinte substituição:

«O lançamento e cobrança de 30 réis, etc. § 1.º.... em diante, em quanto perdurar a necessidade d'elle para o fim a que se destina.

§ 2.º O antigo tributo subsiste ainda depois d'este termo.»—Mello Soares.

É admittida á discussão.

O sr. Custodio de Faria:—a camara municipal de Braga desde o tempo do governo absoluto sem pre recebeu a contribuição de 10 réis dos carros que do antigo termo vinham á cidade, e 20 réis d'aquelles que vinham de fora do termo.

Em 1850 pediu a camara permissão para contrahir um emprestimo de 8:000\$000 réis, o que lhe foi concedido pela lei de 30 de julho de 1850, e este imposto era applicado para amortisação e juros d'este capital. Esta pratica continuou, mas com grande inconveniente, porque os carros de fora do termo, na entrada para a cidade, eram conduzidos por um rapaz ou rapariga do termo, e não era possível conhecer se eram do termo ou de fora, e a camara deliberou uniformisar este imposto, pagando todos 30 réis. Mas o tributo ficou separado: parte ficou tendo a mesma applicação que tinha, e a outra parte foi destinada para fazer face á maior despesa, que produziu para o municipio a iluminação por meio de gaz.

A requerimento do sr. Pinto Martins julga-se a materia discutida.

Posto á votação o artigo é aprovado, ficando prejudicada a substituição do sr. Mello Soares.

O § unico é aprovado, salva a redacção.

O sr. Mello Soares:—manda para a mesa o seguinte artigo adicional:

«A indemnidade concedida á camara municipal não a releva da prestação das suas contas perante os tribunales competentes.»—Mello Soares.

É admittida á discussão, e fica reservada para o fim do projecto.

Os artigos 6.º e 7.º são approvados sem discussão.

Entra em discussão o artigo adicional do sr. Mello Soares.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Melo):—concorda na idea exarada no artigo adicional, mas parece-lhe uma completa inutilidade, porque relevando a lei a camara municipal da responsabilidade em que incorreu por certas irregularidades praticadas, não quer dizer que fica dispensada de prestar as contas necessarias do tempo da sua gerencia.

O sr. Mello Soares:—o artigo adicional não é tão inutil como julga o sr. ministro do reino. Este negocio tem sido tratado de modo que a camara municipal apresentou as suas contas, e foram-lhe approvadas pelo conselho de districto, e de lá houve recurso para o conselho d'estado. De manciara que prestaram-se contas em detalhe....

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Melo):—não se prestaram.

O Orador:—se não se prestaram contas, n'esse caso retira a sua proposta.

O sr. Custodio de Faria:—ainda se não prestaram.

O sr. Mello Soares:—pede licença para retirar o seu artigo adicional.

A camara annue.

O artigo 8.º é aprovado.

## SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 22 NA GENERALIDADE

É o seguinte: Senhores.—A vossa commissão de fazenda, tendo examinado a proposta n.º 5-D, das que acompanhavam o relatório sobre o estado da fazenda publica, apresentado pelo sr. ministro respectivo, a qual

proposta tem por fim alterar algumas disposições do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, relativo á contribuição predial, vem hoje submeter ao vosso juizo o resultado do seu exame.

É principio fundamental de syntologia que o imposto deve ser proporcional á renda liquida de cada um dos contribuintes; isto é, lançado e repartido de modo que o fisco não tome a todos e a cada um senão uma mesma percentagem d'aquella renda.

Desde que a igualdade de todos os cidadãos perante a lei foi aceita como dogma do moderno direito publico, tem sido um dos principaes fins de todos os sistemas de impostos resolver o problema da proporcionalidade.

O decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, que estabeleceram entre nós a contribuição predial de repartição, foi ao mesmo tempo uma homenagem a este principio theorico e ao preceito positivo do artigo 15.º § 8.º da carta constitucional. No relatório que precede o decreto diz-se textualmente: «O § 8.º do artigo 15.º da carta constitucional da monarchia sabiamente estabelece o principio da repartição da contribuição directa. Os homens illustres e pensadores de todas as communhões politicas ha muito que reclamam esta base do imposto como correctivo das desigualdades monstruosas que nascem do lançamento da decima, e como elemento de organização permanente e estável.

É porém necessario confessar que a experiencia que temos feito d'esta contribuição, se por um lado veio desmentir as profecias dos que a suscitavam de vir a ser um perigoso instrumento de oppressão fiscal, e desvanecer os receios sinceros dos que haviam crido em taes profecias, tambem por outro lado não tem correspondido ás calorosas esperanças que os seus apologistas depositavam na energia da sua virtude correctiva das desigualdades da distribuição, e organização, das finanças.

É quasi certo que a continuação do actual systema de quota n'uma epocha em que diversas causas têm cooperado para um notavel augmento da renda das propriedades immoveis, sobretudo dos predios urbanos, teria sido mais gravosa para os contribuintes, mas tambem mais vantajosa para a organização das finanças.

E por outro lado, tendo sido os ultimos lançamentos de decima tomados geralmente como base não só para as primeiras matrizes provisórias, mas até para as matrizes definitivas, que assim em logar de representarem o verdadeiro estado da propriedade immovel com o rendimento correspondente a cada predio, representam o estado dos lançamentos; é tór de duvida que subsistem e continuam as monstruosas desigualdades que se quizeram remediar com o novo systema.

Nem nos devemos espantar de que assim tenha acontecido entre nós, onde a acção administrativa é tão pouco energica, quando outras nações que passam por modelos não têm sido muito mais felizes nas suas tentativas, aliás mais promettedoras e muito mais caras. Em França começou-se o ensaio da contribuição directa de repartição, tomando-se tambem por base as antigas contribuições e algumas avaliações aproximativas. Organizou-se depois um cadastro geral que parecia devia dar a solução exacta do problema; e quando ao cabo de muitos annos, mais de meio seculo, despendidos muitos milhões, se chegou a completar esta grande obra, pouco mais se colheu do que o desengano da sua insufficiencia com relação ao fim principal que se teve em vista. Tem-se ultimamente procurado achar o verdadeiro valor das propriedades por outros meios que consistem principalmente no exame e comparação de muitos contratos de venda, de arrendamento, de empréstimos sobre hypothecas, e na avaliação directa por via de empregados de confiança da administração central e das municipalidades; e já se conseguiram descobrir que a contribuição predial que, segundo o intuito primitivo do legislador devia orçar por 20 por cento da renda liquida, não sobe em termo medio de 8 por cento; que a despeito de todos os esforços para estabelecer a mais exacta proporcionalidade, ha ainda departamentos que pagam duas vezes e meia mais que outros departamentos, e communas que pagam dez vezes mais que outras communas. Não ha por ventura maiores desigualdades entre nós.

Estes exemplos consolam-nos dos nossos desalentamentos, quanto ao passado, e allumiam-nos o caminho do futuro. Já sabemos que não podemos esperar muito dos primeiros meios empregados em França em beneficio da melhor distribuição do imposto; e que outros meios mais efficazes, mais á mão e menos dispendiosos podem ser mais efficazes. Podemos e devemos esperar muito do registro de todas as transmissões de propriedade e de todos os seus encargos, que foi proposto pelo sr. ministro da justiça; podemos esperar tambem muito da mais energica acção do poder central na confecção das matrizes que é proposta no projecto que temos a honra de vos submeter, e que deve ser reforçada ainda por outras reformas administrativas de um caracter mais geral.

Pelo decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, artigo 11.º, a confecção das matrizes era confiada a uma junta de repartidores, em que entravam, com o administrador e escrivão de fazenda, tres proprietarios do concelho. A experiencia tem demonstrado o vicio d'esta organização, que era facil prever theoreticamente. Os tres proprietarios, que não recebem retribuição alguma por tão improprio trabalho, confiam o exclusivamente aos agentes do governo, e especialmente ao escrivão de fazenda, com a unica condição de que as avaliações hão de ser feitas de modo que o seu concelho não venha a pagar mais, ou pague menos se for possível. Está portanto em uns a responsabilidade, em outros a acção, o que é sempre absurdo em principio e inconveniente na pratica.

Com uma tal organização da junta dos repartidores, com recurso d'ella para um conselho de districto, escolhido d'entre os propostos pela sua respectiva junta, nenhum melhoramento se podia esperar na distribuição do imposto entre os diversos concelhos e districtos do reino, porque os que deviam preparar os dados para a distribuição se melhoraram eram os proprios interessados em conservar as desigualdades estabelecidas.

É axioma de direito e de bom senso que ninguém deve ser juiz na propria causa; não é portanto a uma corporação composta na sua maioria de proprietarios de um concelho que se deve confiar o direito de se resolver se a avaliação das propriedades d'esse concelho está alta ou baixa, se esse concelho está injustamente sobrecarregado ou aliviado com respeito aos outros concelhos do reino.

Não é tambem a um conselho de districto, composto na sua maioria dos proprietarios de um districto, e escolhido d'entre os propostos pelos seus representantes, que se deve confiar o direito de decidir se a avaliação das propriedades d'esse districto está alta ou baixa; se esse districto está injustamente sobrecarregado ou aliviado com respeito aos outros districtos do reino.

É o poder central, como representante de todos os concelhos e de todos os districtos do reino, como igualmente interessado em fazer justiça a todos, que deve decidir entre elles, directamente ou pelos seus agentes de confiança.

Por outro lado é necessario que quem tem a principal acção tenha tambem a principal responsabilidade. São os escrivães de fazenda quem de facto fazem as matrizes em virtude da especialidade das suas attribuições; é a elles que a lei deve impor de

direito esta obrigação para lhes poder tomar a responsabilidade d'ella.

Por estes fundamentos, e por outros que é escusado desenvolver, a vossa commissão de fazenda julgou dever approvar a proposta do governo n.º 5-D, relativa á contribuição predial, cujas principaes disposições consistem em attribuir aos escrivães de fazenda a confecção das matrizes, com recurso para uma junta em que predominam os agentes da administração central, e para o governo e conselho d'estado em certos casos, supprindo o recurso para os conselhos de districto, e converter a mesma proposta no seguinte projecto de lei.

Artigo 1.º A contribuição predial continuará a regular-se pelas disposições do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852 e mais legislação em vigor, salvas as disposições da presente lei, as quaes começaram a executar-se desde o 1.º de janeiro de 1861.

Art. 2.º A junta denominada dos repartidores da contribuição predial será composta do administrador do concelho ou bairro, presidente; do escrivão de fazenda, secretario; do delegado ou sub-delegado do procurador regio; e de dois cidadãos proprietarios, residentes no concelho, nomeados annualmente pela respectiva camara municipal.

§ unico. Os delegados das comarcas de Lisboa e Porto serão pelo governo distribuidos pelas juntas dos repartidores dos seus respectivos bairros e concelhos exteriores, que fazem parte das mesmas comarcas, conforme as necessidades do serviço.

Art. 3.º A matriz predial de cada concelho será feita pelo respectivo escrivão de fazenda, com reclamação para elle e recurso para a junta dos repartidores de que trata o artigo 2.º, nos termos dos n.ºs 1.º e 2.º, e § unico do artigo 14.º do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, e para o conselho d'estado, nos termos da presente lei.

Art. 4.º O escrivão de fazenda e a junta dos repartidores serão auxiliados por certo numero de informadores louvados, nomeados annualmente, metade pela mesma junta, e a outra metade pela respectiva camara municipal.

Art. 5.º Com as rectificações feitas pelas juntas dos repartidores ficam as matrizes concluidas, para por ellas se proceder á repartição da contribuição predial, nos termos da presente lei.

Art. 6.º Os 2 por cento para falhas, estabelecidos pelo artigo 20.º do citado decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, serão contados sobre o total da contribuição, comprehendidos os addicionaes que houver; e da mesma forma quando tenha logar a annullação de qualquer collecta, serão restituídos aos contribuintes os addicionaes com a quota principal.

Art. 7.º As juntas dos repartidores de concelho repartirão os seus respectivos contingentes proporcionalmente ás verbas dos valores collectaveis das respectivas matrizes.

§ unico. Os contribuintes que se julgarem lesados pela repartição poderão reclamar perante a mesma junta.

Art. 8.º As camaras municipales dos concelhos de Lisboa e Porto repartirão os contingentes da contribuição predial que tiverem sido designados aos mesmos concelhos pelos seus respectivos bairros, de modo que a percentagem seja igual em todos elles.

Art. 9.º Da matriz concluida nos termos do artigo 5.º, e bem assim da repartição que sobre essa matriz se fizer, haverá ainda recurso para o conselho d'estado sem effeito suspensivo, nos casos de preterição de formalidades e termos essenciaes do processo, ou offensa de lei expressa.

Art. 10.º Fora dos recursos estabelecidos na presente lei, e dos prazos que os regulamentos lhes fixarem, só poderão recorrer extraordinariamente para o governo, pela repartição das contribuições directas:

1.º A fazenda nacional;

2.º Os collectados sem fundamento algum para o serem pela contribuição de que se trata;

3.º Aquelles a quem de direito compete o beneficio da restituição de qualquer quota de collecta.

Art. 11.º Quando porém houver provimento nos recursos a que se referem os artigos antecedentes, as respectivas certidões servirão sómente aos proprios contribuintes, ou a outros do mesmo concelho a quem elles se endossarem, para por ellas se lhes passarem títulos attendiveis no pagamento de quantia igual áquella em que houverem sido lesados pelo erro da matriz ou da repartição.

Art. 12.º Ficam revogados os artigos 3.º, 5.º, 11.º e 15.º do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, relativo á contribuição predial, e bem assim quaesquer outras disposições do mesmo decreto, e em geral toda a legislação que for contraria á presente lei.

Sala da commissão, 10 de abril de 1860.—Antonio José de Avila—Antonio Rodrigues Sampaio—Justino Antonio de Freitas—Joaquim Gonçalves Mamede—Thomás de Carvalho—Carlos Cyrillo Machado—Joaquim Thomás Lobo de Avila—Francisco José da Costa Lobo—Rodrigo Nogueira Soares Vieira, relator.—Tem voto do sr. Augusto Xavier Palmeirim.

O sr. Blanc (Hermengildo):—pediu a palavra contra para ser coherente com os seus principios, e com a doutrina que constantemente tem sustentado com respeito á contribuição predial de repartição, e não com o fim de fazer opposição acintosa. Espera que o sr. ministro da fazenda faça justiça ás suas intenções, e parece-lhe que já teve occasião de ponderar a s. ex.ª que não considera as medidas propostas sufficientes para melhorar o importante ramo de serviço fiscal de que trata o projecto em discussão.

Será breve nas reflexões que vae submeter á judiciosa consideração da camara, porque nem quer abusar da sua paciencia, nem está preparado para fazer um discurso em forma; limitar-se-ha por isso a indicar as principaes causas e motivos porque vota contra o projecto, sem contudo deixar de reconhecer a necessidade de melhorar a repartição, arrecadação e cobrança da contribuição predial.

Segundo o parecer da illustre commissão de fazenda, o fim principal do projecto que se discute, e no qual se trata da contribuição predial de repartição, é promover o aperfeiçoamento das matrizes prediaes, e estabelecer a necessaria igualdade na repartição da contribuição, tornando assim o imposto proporcional á renda liquida de cada um dos contribuintes. Adopta este pensamento, mas entende que este fim se não alcança com as medidas propostas, que só podem dar em resultado alguns vexames, e até lhe parece que as disposições do projecto em discussão contradizem em parte a doutrina sustentada pela illustre commissão de fazenda em seu parecer.

Todos sabem que a contribuição predial de repartição, creada pelo decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, se resente da desigualdade com que é repartida. O contingente annualmente designado a cada um districto tem sido por base o termo medio do que renderam em certo numero de annos os impostos extinctos, mas estes impostos estão lançados com bastante desigualdade, e não podiam deixar de produzir uma base em extremo desigual: considera portanto indispensavel a adopção de medidas que conduzam este imposto a uma justa repartição.

A illustre commissão de fazenda entende que este resultado se obtém, determinando-se: 1.º, que a matriz predial de cada um concelho seja feita pelo respectivo escrivão de fazenda, com reclamação

para elle, e recurso para a junta dos repartidores, nos termos dos n.ºs 1.º e 2.º e § unico do artigo 14.º do decreto de 31 de dezembro de 1852; e o recurso para o conselho d'estado nos termos do projecto em discussão; 2.º, constituindo-se a junta dos repartidores, na sua maioria, de empregados administrativos e fiscaes; e 3.º, alterando-se os recursos estabelecidos no citado decreto de 31 de dezembro, e revogando-se algumas das suas disposições.

Quanto ás matrizes prediaes, diz a illustre commissão de fazenda no seu parecer o seguinte (leu).

Salvo o respeito que tributa a todos os srs. deputados que compõem a commissão de fazenda, e sem a menor idea de irrogar censura, seja-lhe permitido dizer, com a franqueza que lhe é propria, que muitas vezes lei esta parte do parecer da commissão, e outras tantas duvidou d'aquillo mesmo que lia.

A illustre commissão entende que os administradores de concelho e escrivães de fazenda são empregados nos quaes o governo não pôde depositar confiança, porque asseverando serem elles os que confeccionam as matrizes prediaes, por este simples facto declara imperfeito o trabalho que lhes é confiado; e considera estes empregados capazes de cederem aos pedidos dos proprietarios, até para que os concelhos paguem menos do que devem pagar!! Os administradores de concelho e os escrivães de fazenda que agradeçam á illustre commissão a benevolencia com que os trata, o favor que se digna dispensar-lhes, e o bom conceito que d'elles forma.

Entende que a commissão de fazenda foi n'esta parte muito severa, ou antes injusta, e parece-lhe imerecida a censura que irrogou aos benemeritos proprietarios que compõem as juntas dos repartidores, porque se fosse exacto e verdadeiro o facto que a illustre commissão assevera, de confiarem os proprietarios que compõem as juntas dos repartidores, exclusivamente aos agentes do governo a confecção das matrizes prediaes, este facto provava o contrario do que a commissão sustenta em seu parecer, porque mostrava que os proprietarios não queriam directa nem indirectamente influenciar em um acto que tambem affectava os seus interesses, deixando em plena liberdade os empregados do governo para poderem obrar em conformidade das leis, porque nem é possível elevar a mera possibilidade ás alturas de um facto realmente acontecido, nem dar a uma asserção vaga e a um dito livre, o caracter de uma verdade incontestavel, não podendo assim admitir-se como provado o facto dos proprietarios confiarem aos administradores de concelho e escrivães de fazenda a confecção das matrizes prediaes com as condições de que trata o parecer da commissão, e muito menos que estas condições, tão prejudiciaes aos interesses da fazenda, sejam accitas pelos agentes do governo; e se tal acontecesse o governo devia demittir logo todos os administradores de concelho e todos os escrivães de fazenda.

Entende não ser possível combinar esta parte do parecer da commissão com o artigo 3.º do projecto, que diz assim (leu). Pois as matrizes prediaes são irregularmente feitas só porque os proprietarios que compõem as juntas dos repartidores para a sua organização se louvam nos escrivães de fazenda, e n'este artigo determina-se que os escrivães de fazenda sejam os encarregados, só e exclusivamente, de organizar as matrizes prediaes? A contradicção entre o parecer da commissão e o projecto é manifesta: no entretanto comprehende bem o fim d'esta disposição.

A matriz predial de cada um concelho deve ser feita, nos termos do projecto em discussão, pelo respectivo escrivão de fazenda, com reclamação para elle, e recurso para a junta dos repartidores: se houver erro na designação dos predios, do seu rendimento e de seus possuidores, ou inexactidão na fixação do rendimento collectavel, os contribuintes só com o recurso de que trata o projecto, e querendo recorrer não podem ter esperança de alcançar provimento em seu recurso, porque o escrivão de fazenda ha de sustentar a sua obra, e como vogal da junta dos repartidores ha de tambem influenciar para que o recurso fique improvido; no que não encontrará grandes difficuldades, porque os recursos são resolvidos por maioria de votos, e a junta dos repartidores, nos termos do artigo 2.º do projecto, deve na sua maioria ser composta de empregados de confiança do governo; e como a fazenda interessa no augmento do imposto, pareceu assim conveniente dispor de modo que os contribuintes não possam extinguir-se ao pagamento total da contribuição, mesmo quando sejam lesados, e seus legitimos interesses offendidos (apoiados).

No projecto que se discute ha o pensamento da centralisação, e de dar uma maior força á acção fiscal; mas os meios que se pretendem adoptar para este fim se obter ultrapassam os limites do justo e razoavel (apoiados).

Que significa serem os escrivães de fazenda exclusivamente os encarregados de confeccionar as matrizes prediaes? Que significa serem as juntas dos repartidores na sua maioria compostas de empregados de confiança do governo? Melhor fora que as juntas dos repartidores se conservassem como estavam, porque n'este caso não haveria motivo para publicamente se dizer, que se pretendem tirar todas as garantias ao povo, sujeitando o por tal forma á acção do fisco, que nem mesmo se lhe concedem meios para obstar a quaesquer vexames que por ventura soffra; e por isso entende que tanto com respeito á organização da junta dos repartidores, como em relação ás suas attribuições, não havia necessidade de alterar as disposições do decreto de 31 de dezembro de 1852; nem pôde comprehender como provindo o mal dos empregados do governo, como diz a illustre commissão de fazenda, este se pretenda evitar adoptando-se o principio contrario do parecer da commissão (apoiados).

Quanto aos recursos de que trata o projecto em discussão, não pôde dispensar-se de dizer que considera n'esta parte muito inconvenientes as suas disposições.

Nos termos do decreto de 31 de dezembro de 1852, os contribuintes podem reclamar contra erro na designação dos predios, do seu rendimento, e de seus possuidores, contra a inexacta fixação do rendimento collectavel, e contra erro na repartição; e estas reclamações devem ser feitas perante as juntas dos repartidores com recurso para o conselho de districto; mas segundo o projecto que se discute, a reclamação é feita para o respectivo escrivão de fazenda, que é o encarregado de organizar a matriz predial, e o recurso interposto para a junta dos repartidores, o que, como já notou, nenhuma garantia offerece aos contribuintes, por ser a junta dos repartidores composta na sua maioria de empregados de confiança do governo. Cumpre porém observar que se nos termos do decreto de 31 de dezembro de 1852, os contribuintes podem reclamar perante as juntas dos repartidores, e recorrer para o conselho de districto quando se dê erro na repartição do respectivo contingente, este recurso, segundo o artigo 3.º do projecto que se refere aos n.ºs 1.º e 2.º do artigo 14.º do citado decreto, excluindo assim a disposição do n.º 3.º que trata do erro na repartição do contingente, acaba, e fica substituído com o recurso para o conselho d'estado, que pouco pôde aproveitar aos contribuintes.

No recurso para a junta dos repartidores de que trata o projecto, não podem os contribuintes depositar confiança alguma, porque, alem do que já fica ponderado, dá-se a notavel circumstancia de ser juiz

n'este recurso aquelle perante quem teve logar a reclamação, ou, em frase juridica, o juiz recorrido; o que claramente mostra a inefficacia dos recursos que o projecto estabelece.

Não seria mais justo e mais curial, que o recurso fosse interposto para um tribunal composto de individuos que não tivessem tido ingerencia alguma no negocio que faz objecto do mesmo recurso? Parece que sim; e n'estas circunstancias está o conselho de districto. E qual será a razão por que se pretende acabar com o recurso para o conselho de districto? Será porque sendo a matriz feita (nos termos do projecto) pelo respectivo escrivão de fazenda com reclamação para elle, o recurso devia n'este caso ser interposto para o tribunal immediatamente superior? Não é esta a razão, porque tambem da junta dos repartidores se não recorre para o tribunal immediatamente superior, que é o conselho de districto, mas para o conselho d'estado. O motivo e a razão d'esta disposição, é a que dá a illustre commissão de fazenda na parte do seu parecer que vae ler á camara (leu).

Considera muito inconveniente que no centro da representação nacional, e perante os eleitos do povo, se diga que os benemeritos cidadãos, que compõem os conselhos de districto do reino, são homens em quem se não pôde depositar confiança, que não cumprem com o seu dever, que offendem a lei, e que antepõem os interesses particulares aos do estado que lhes cumpre promover e zelar!! É esta a idea que envolve a parte do parecer que leu á camara. Entende que os honrados cidadãos que compõem os conselhos de districto do reino, se darão por offendidos, e não sabe o que convirá fazer-se se todos elles se recusarem a continuar a funcionar, considerando-se offendidos no seu credito, na sua honra, e na sua reputação, parecendo-lhe injusto que assim se tratem individuos que gratuitamente prestam ao estado tantos e tão relevantes serviços. Segundo o parecer da illustre commissão de fazenda não pôde haver confiança nem nos empregados fiscaes e administrativos, nem nos benemeritos cidadãos que são chamados a exercer cargos publicos como os de que se trata.

Considera de pessimos resultados o systema das desconfianças, e entende que mal vae aos governos que de tudo e de todos desconfiam, porque a desconfiância é tambem não inspirarem confiança e perderem a popularidade. Declara que deposita inteira confiança nos benemeritos e honrados cidadãos que compõem os conselhos de districto do reino, e por isso não approva n'esta parte nem a doutrina sustentada pela illustre commissão de fazenda, nem as disposições do projecto em discussão (apoiados).

Quanto ao recurso para o conselho d'estado, entende que pouco pôde aproveitar aos contribuintes, porque alem de ser mais dispendioso, mais difficil na sua interposição e seguimento, e só limitado, nos termos do projecto, aos casos de preterição de formalidades, e termos essenciaes do processo, ou de violação de lei expressa, é só admittido no effeito devolutivo, não suspendendo assim a cobrança e arrecadação do imposto, e conferindo aos contribuintes que forem providos em seus recursos só o direito de solicitar títulos attendiveis no pagamento de quantia igual áquella em que houverem sido lesados pelo erro da matriz, ou da repartição; de forma que não obstando aos injustos vexames, quando estes tenham logar, apenas confere aos contribuintes um direito que para se tornar effectivo depende de alguma despesa, e de muito incommodo e trabalho: ao que acresce a poderosa circumstancia de não poderem os pequenos proprietarios lançar mão d'este recurso, já por não terem meios de recorrer ás despesas que elle occasiona, e já porque estas despesas de certo são superiores ao prejuizo que lhes resulta do erro da matriz, ou da repartição; os pequenos proprietarios por tanto que mais careciam de favor e protecção, ficam privados de recurso quando haja erro na repartição do respectivo contingente.

Antes de concluir as mal coordenadas reflexões que ousou submeter á judiciosa consideração da camara, chama a sua attenção para a disposição do artigo 6.º do projecto, que diz assim (leu). Este artigo, elevando os 2 por cento para falhas a 2½ aproximadamente, está concebido nos termos que contrariam a boa doutrina e bons principios. Os addicionaes não são impostos de lançamento, addicionaes-se antes, ou acrescens das verbas de collecta. Os 2 por cento para falhas é um imposto adicional, e determinando o artigo 6.º do projecto que sejam contados sobre o total da contribuição, comprehendidos os addicionaes que houver, estabelece assim o principio de que um imposto adicional pôde acrescens ou addicionar-se a outro da mesma natureza. Se o fim d'esta disposição fosse só elevar os 2 por cento para falhas a 2½, está persuadido de que o artigo se apresentaria concebido em termos accitaveis; entende porém que o fim é igualmente facilitar o futuro e progressivo augmento do imposto, porque o artigo se refere não aos addicionaes existentes, mas aos que houver, e com os addicionaes é provavel que do futuro augmentem, tambem os 2 por cento de que se trata augmentarão não só a 2½, como a 3 por cento ou mais ainda. Uma disposição que tem por fim facilitar o augmento indeterminado de um imposto não pôde admittir-se (apoiados).

Em vista do ponderado entende que os meios propostos para melhorar o systema da contribuição predial de repartição são insufficientes, e que este fim só poderá alcançar-se com o exacto arrolamento dos predios e sua avaliação, porque só assim se poderá conseguir a exacta e verdadeira descrição do rendimento collectavel, parecendo-lhe pouco accitavel a idea de que este resultado se obtém sendo os escrivães de fazenda encarregados exclusivamente d'este trabalho, que, como todos sabem, sempre esteve a seu cargo, como se manifesta dos artigos 8.º e 9.º do regulamento de 4 de janeiro de 1855. Desejaria por isso que todas as medidas que se apresentassem fossem conducentes ao fim que indicou, por ser o meio unico de tornar o imposto proporcional á renda liquida de cada um dos contribuintes.

Considera tambem muito necessario reduzir os methodos adoptados a um systema claro e simples, e adequado ás nossas circunstancias locais, porque esta falta motiva difficuldades na marcha regular e prompta, tão necessaria para que a cobrança se realice nos prazos marcados, e o governo possa contar com os rendimentos a tempo de poder acudir aos encargos do estado (apoiados).

Finalmente parece-lhe que as medidas propostas tambem levarão ás repartições superiores de fazenda um acrescens de trabalho, que o seu actual estado não comporta, attento o atraso em que existe o seu expediente, do que resultará um augmento de difficuldades, que seria melhor obviarem-se para que a confusão não fique adoptada por systema (apoiados).

Por todas estas considerações vota contra o projecto em discussão.

O sr. Nogueira Soares:—começa as suas reflexões rectificando um erro do illustre deputado, que o precedem, por quanto s. ex.ª disse que se queria dar toda a força á acção do fisco nos concelhos para augmentar este imposto. Não se trata de augmentar este imposto, que é de repartição e não de cofre, e como tal não pôde augmentar-se nunca, trata-se de fazer com que as autoridades fiscaes trabalhem para a sua melhor distribuição.

O projecto em discussão tende exactamente ao fim



apontado pelo illustre deputado como conveniente, tende exactamente ao fim que o illustre deputado supõe que não tem em vista, qual é, desviar de embarcações que se oppõem á desigualdade de contribuições em todos os concelhos e districtos, desviando, que ao presente se dá e que em verdade é escandalosa, gritando-se de toda a parte contra ella, e pedindo-se ao governo que empregue os meios necessários para fazer com que ella cesse e com que todos paguem igualmente.

Para o consequimento d'este resultado o alvitre hoje proposto apresenta melhores auspícios, porque se até aqui a confecção das matrizes estava confiada á junta de repartidores, composta do administrador do concelho, do escrivão de fazenda e de tres proprietarios do concelho, e pela experiencia se tem reconhecido o vicio de uma tal organização, de hoje em diante hão de colher-se vantagens d'esta disposição, e ha de acontecer que em uns concelhos a contribuição ha de augmentar ao passo que em outros ha de diminuir, nem a contribuição augmenta por augmentarem as lousas. É justo que se diminua a contribuição a quem paga mais do que de vera pagar, e que se aumente a quem paga menos do que lhe pertencia pagar, é justo e não se pôde fazer uma lei para proteger uns com prejuizo dos outros. Assim a autoridade central, que não tem predilecção nem por um nem por outro concelho, é a mais competente para fazer com que todos paguem com igualdade, e com menos gravame para os contribuintes, o que se ha de obter quando a contribuição for repartida com igualdade.

O illustre deputado continuando a atacar o parecer da commissão, combatu especialmente o artigo 6.º do projecto, em que se estabelece que os 2 por cento para falhas serão contados sobre o total da contribuição, comprehendendo-se os addicionaes que houver. Não é possível deixar de applicar os 2 por cento aos addicionaes, tendo-se applicado á contribuição primitiva, porque o contrario não estava realmente em harmonia com os principios que regem a confecção do orçamento.

Por agora não acrescenta mais nada, e reserva-se para as observações que depois se forem apresentando.

O sr. Garcez:—vota contra o projecto, e vae dizer quaes das disposições d'elle mais o affectavam.

Dizendo-se no relatório da illustre commissão que nenhum pôde ser juiz em causa propria, isto é, que o contribuinte não pôde intervir na formação da matriz e no processo da repartição, não pôde deixar de observar que isto ataca pelo fundamento o systema representativo, porque, se nenhum pôde ser juiz em causa propria, os deputados não podem julgar em causa nenhuma. Quem ha de ser juiz? Quem paga ou quem recebe? Quando se trata de conhecer as forças contribuintes do paiz, de repartir equitativamente as contribuições, quem ha de ser juiz?

Até aqui quem fazia a matriz, a repartição, era o escrivão de fazenda com a intervenção dos contribuintes; pois d'aqui por diante é só o escrivão de fazenda, é elle só que influe na junta de repartição, o que repugna ao systema liberal.

Sabe muito bem que as contribuições não vão augmentar por effeito immediato do projecto, mas isto é uma machina que se dispõe para levantar dinheiro, o projecto é o instrumento que servirá mais tarde para levantar os impostos.

E como o illustre deputado que encetou o debate atacou por tal maneira o projecto, que o dispensa de muitas considerações que tinha a fazer sobre elle, limita-se a estas considerações geraes no intuito de revelar o seu voto contra o projecto, porque quando deseje muito concorrer da sua parte para que o ministerio seja habilitado com os meios precisos para uma boa governação do paiz, repelle o systema de ficarem os contribuintes á mercê dos escrivães de fazenda.

O sr. Mello Soares:—principiando como o illustre deputado acabou, diz em sentido contrario, que se a razão que s. ex.ª deu de que o discurso do sr. deputado que encetou o debate o dispensava de maiores reflexões, prevalecesse, o discurso do sr. Nogueira Soares dispensava-o a elle, orador, de entrar na analyse do projecto, pretendendo sustentar que o projecto é justo.

Está convencido de que da centralisação, que foi considerada como defeito pelo illustre deputado que encetou o debate, não resulta prejuizo nenhum aos contribuintes, mas uma utilidade para o estado na arrecadação do tributo, e por conseguinte n'esta parte acham-se em desacordo.

O fim do projecto não é augmentar o tributo. Ora, disse o illustre deputado que o preceito, que o projecto era uma machina que ficava para o futuro, e se assim é, quem se ha de utilizar d'ella não é o actual gabinete, porque elle não tem certa a perpetuidade, e quem sabe se essa machina virá a servir ao illustre deputado.

As inculpações que se fazem ao projecto a respeito do modo porque se ha de fazer o arrolamento e distribuição da contribuição, parece-lhe que não podem collier. A junta dos repartidores só trata de dividir com igualdade o que foi lançado ao concelho. Para que querem os illustres deputados que a acção do fisco fique em minoria n'essa junta? É para continuarem as injustiças que se estão vendo todos os dias? O facto é que em muitos concelhos paga menos o que é mais rico, e mais o que é mais pobre (apoiados); e um projecto, que tende a tirar esta desigualdade no sentido de não fazer favor a nenhum, ou não de fazer favor a todos, é um projecto justo.

O illustre deputado disse que o escrivão de fazenda é uma especie de dictador, que faz a matriz e não ha recurso d'elle. Parece-lhe que o illustre deputado se enganou, porque ha recurso para a junta dos repartidores, e para o conselho d'estado. Mas os illustres deputados queriam que o recurso fosse logo para o conselho de districto: crê que o recurso não foi para o conselho de districto, porque era o mesmo que ir para um homem que não conhece das cousas, porque o conselho de districto limita os seus conhecimentos á cabeça de districto.

Não foi inconveniente em que as cousas se regulem do modo como está no projecto, e portanto approva a sua generalidade, e ha de ter a honra de mandar para a mesa algumas emendas.

No artigo 7.º diz-se que as juntas dos repartidores do concelho dividirão os seus respectivos contingentes proporcionalmente, e no artigo 8.º, quando se trata de Lisboa e Porto, diz-se que a divisão será feita pelas camaras municipales. Portanto, parece-lhe haver aqui um privilegio que a justiça repulsa. Talvez que a commissão tivesse em vista outra cousa, e era que as camaras municipales de Lisboa e Porto repartirão pelos diversos bairros da cidade (apoiados); mas era necessário que no artigo 8.º se declarasse isto bem expressamente, para haver igualdade entre umas e outras terras.

Também no artigo 10.º se deixa vago o indefinido um prazo para o recurso, quando reputa que é da maior importancia, e por isso pede á commissão que ponha um termo ainda que seja o mais avantajado para o interesse fiscal, mas era conveniente não deixar de o marcar.

Em relação ao artigo 11.º tem igualmente de fazer algum reparo. Diz que quando se annulla uma quota por sinistro, deve ser restituída; mas vê que ha um equívoco no artigo. Elle diz que quando se verificar esta hypothese as certidões servirão aos proprios contribuintes ou a outros do mesmo concelho a quem as endossarem, para por ellas se lhes passarem títulos attendiveis no pagamento de quan-

tia igual áquella com que houverem sido lesados pelo erro da matriz ou da repartição; mas isto é uma cousa que não se especifica; é necessário que isto vá declarado; é preciso que o contribuinte, que foi lesado, saiba que, como não possa receber n'aquelle lançamento aquilo que já entregou, o ha de obter no lançamento immediato, e que o ha de obter seguramente.

Tem dito quanto basta na generalidade, e quando se tratar da especialidade apresentará as suas emendas.

O sr. Ferrer:—ainda não viu responder cabalmente aos argumentos apresentados pelo orador que encetou esta discussão, relativamente a ser o escrivão de fazenda o encarregado de fazer as matrizes e de julgar em segunda instancia com os outros repartidores dos abusos que tiver commettido n'essas matrizes. Ainda se não respondeu ao argumento da inconveniencia de se introduzir na junta dos repartidores um homem que já fez um papel importante na confecção das matrizes. Não haveria outro empregado que o governo collocasse na junta dos repartidores senão o escrivão de fazenda?

Diz-se que a lei estabelece a igualdade, e que é um principio que ninguém pôde ser juiz em causa propria.

Reconhece o principio, mas quer também que os seus adversarios o aceitem e reconheçam para o levarem até onde elle pôde ir.

Diz-se que as juntas dos repartidores não eram boas porque n'ellas se encontrava o principio de que o proprietario que tinha de pagar se collectava; mas se os proprietarios porque se collectados e têm de pagar não podem ser juizes em causa propria, os agentes do fisco que recebem hão de ser juizes em causa propria?

Qual era o recurso no projecto havia a favor dos contribuintes? Era o recurso para o conselho d'estado, tendo-se tirado do conselho de districto, onde dava muito mais garantias. A razão por que se não quer que o recurso vá para o conselho de districto, é porque se quer tornar impossível o recurso, porque, como já disse, a maior parte dos contribuintes não podem interpor este recurso, porque não tem relações em Lisboa, e porque na maxima parte dos casos perderiam em logar de ganhar.

E uma das cousas, em que também não pôde concordar com a commissão, é quanto a deixar-se ao governo decidir nos regulamentos os prazos dentro dos quaes se devem interpor os recursos. Parece-lhe que isto não é materia insignificante, porque, se os prazos forem limitados, mata-se o recurso.

Mas no projecto ha um segredo: são os recursos extraordinarios de que falla o artigo 10.º. Este artigo diz, que fóra dos recursos estabelecidos no projecto e dos prazos que os regulamentos lhes fixarem, só poderão recorrer extraordinariamente para o governo a fazenda nacional, os collectados sem fundamento algum para o serem pela contribuição de que se trata, e aquellos a quem de direito compete o beneficio da restituição de qualquer quota da collecta. Para o collectado este recurso raras vezes se ha de verificar, e pede á commissão lhe diga quando é que elle ha de ter logar. Parece-lhe que só quando for collectado um homem que não tenha nada no concelho de que se trata, porque se tiver alguma cousa não tem fundamento; quando houver fundamento para se queixar, quando houver razão para elle se queixar, não admite o projecto recurso.

Isto é um caso muito especial, e n'este recurso extraordinario para o governo os agentes do fisco tem recurso claro, patente, para todos os casos. E argumenta-se com o principio da igualdade! De-seja que a commissão lhe mostre onde está a igualdade.

O segredo é este. Não espere a camara que os agentes do fisco interponham recurso para o conselho d'estado: nunca o hão de interpor, hão de deixar passar os prazos, e depois vêm interpor recurso para o governo; quer dizer, dois recursos para dois tribunales diversos. Recurso ordinario para o conselho d'estado, e extraordinario para o governo!

O unico argumento que ouviu produzir a favor do projecto, foi apresentado pelo sr. Nogueira Soares. S. ex.ª disse que o fim do projecto não é augmentar a contribuição directa, porque essa é marcada a districto por districto, e o fisco não tem interesse em que a matriz seja feita por estas ou aquellas autoridades. Isto é verdade, mas tambem é verdade que a proporção que se for augmentando o rendimento collectavel, ha de vir augmentar-se com isso e dizer: o povo paga menos do que deve pagar, e portanto augmenta-se o tributo: este é que é o grande segredo, é a machina de que fallou o sr. Garcez.

Disse o mesmo illustre deputado o sr. Nogueira Soares, o fim do projecto é manter a igualdade no pagamento das contribuições de concelho para concelho, por que ha concelhos que estão soffrendo uma grande desigualdade, por isso que, em quanto uns pagam 3, 5 e 10, outros pagam 15, 20 e 25. Isto tambem é uma grande verdade, mas pergunta ao illustre deputado, se o processo que se pretende estabelecer vae acabar com esta desigualdade? Elle, orador, entende que não. Em França onde se trabalha n'esta materia ha tantos annos, e onde ha tantos recursos e tanta illustração, não se tem chegado a este tão desejado fim, e quer-se agora entre nós lá chegar com este projecto! A desigualdade portanto ha de continuar.

Entende portanto, que esta reforma que se apresenta no projecto vae de encontro a todos os principios que regem a materia, e portanto vota contra.

O sr. Dias Ferreira:—não entrava com affluente no debate, porque a fatalidade da sorte o designava para fallar em seguida ao sr. Ferrer, que fóra e era seu mestre, cuja dialectica vigorosa elle, orador, sempre respeitára, e que o amedrontava a simples lembrança de se ver na necessidade de impugnar as doutrinas de um rival tão poderoso no campo da sciencia, cuja voz autorisada muitas vezes abalava a convicção d'elle, orador; mas que n'aquelle momento se aproveitava dos proprios principios que o illustre deputado e seu mestre lhe ensinára na universidade, e para o combater. O ouvia com muita attenção, e para tratar regularmente a materia, examinaria pela sua ordem os argumentos apresentados pelo precedente orador.

O illustre deputado que o precedeu, estranhou que se recorresse do escrivão de fazenda para a junta dos repartidores, da qual era membro o mesmo escrivão, fazendo ver que o recurso sempre se interpõe de um juiz inferior para um superior, suppondo-se que o juiz ad quem reúne mais saber e maior graduacão.

Elle, orador, pede, todavia, licença ao illustre deputado para lhe observar, que n'esto caso se recorre, não para o escrivão de fazenda, mas para a junta dos repartidores, e que esta se compõe, alem do escrivão de fazenda, do delegado ou sub-delegado do procurador regio, e do administrador do concelho, nos quaes a lei supõe certas habilitações e independencia superiores ás do escrivão, bem como de dois proprietarios que defenderão a todo o transe os interesses dos contribuintes contra as exigencias do fisco. Demais que não devia admirar-se o illustre deputado que o precedeu, de que no tribunal ad quem entrasse um membro do tribunal a quo; porque na propria universidade acontece, nos recursos interpostos das congregações para o conselho dos decanos, que o lente mais velho da congregação faz parte do conselho dos decanos; e

nas secretarias d'estado succede o recorrer-se do ministro para o conselho d'estado, quando é elle quem referenda e dá valor ás decisões d'este tribunal, que é meramente consultivo.

Disse mais o illustre deputado que o precedeu, que, pelo systema do projecto, sendo a maioria da junta dos repartidores composta de agentes do fisco, vinha este a ser juiz em causa propria. Entende elle, orador, que esta idéa tem feito grande impressão na camara, mas que não é exacta; porque o fisco ou o estado é um mero administrador dos interesses nacionaes; que o fisco, appellando para a bolsa dos contribuintes, não converte em beneficio proprio as quotas d'estes recebidas, mas as despende de novo no interesse nacional; e que só se poderia dizer, que elle era juiz em causa propria, se por ventura os empregados do estado recolhessem ao seu bolso as percentagens havidas dos contribuintes.

Que o illustre deputado que acabara de fallar, combatera tambem o projecto com o fundamento de que, sendo a junta dos repartidores composta na sua maioria de agentes do fisco, dava todas as garantias ao fisco, e nenhuma ao povo. Porém que era invocando o mesmo principio, e em nome das garantias e prerogativas populares, que elle, orador, sustentava a doutrina do projecto; porque tendo até hoje acontecido que os proprietarios que compõem a junta dos repartidores são dos mais ricos do concelho, succede geralmente que elles gravam na repartição da contribuição os mais necessitados para se aliviarem a si proprios.

Que no povo ha duas classes, uma dos ricos e opulentos, e outra dos pobres e menos abastados; que elle, orador, é tanto a favor de uma como de outra, e por isso entende que devem ser proporcionamente collectados, prestando-se homenagem ao principio da carta, de que cada um deve concorrer para as despesas publicas na proporção dos seus haveres.

Disse mais o illustre deputado, que a junta dos repartidores deveria examinar *ex officio* as irregularidades commettidas pelo escrivão de fazenda; porque os povos, como ignorantes, nem sabem como hão de reclamar, nem em que prazos. Porém elle, orador, observa ao illustre deputado, que, se o seu argumento colhesse, deveriam em muitos casos os tribunales superiores examinar *ex officio* os actos dos inferiores, por exemplo, em negocios eleitoraes, em negocios de recrutamento, etc., o que não pôde admitir-se. Que na especie em questão succede exactamente o contrario do que sustenta o illustre deputado; pois que em materia de contribuições se affixam, até nas igrejas parochiaes, editaes marcando os prazos para as reclamações, e que os povos deixam de reclamar em tudo, menos no que affecta os interesses da sua bolsa, que elles pretendem zelar em todo o caso, combatendo mesmo as exigencias justas do fisco. De mais que esta revisito, independente de recurso, equivalia a concorrerem conjuntamente á formação da matriz todos os membros da junta a que este projecto pretende obstar, não só pela desnecessidade d'esta circumstancia, mas para não sobrecarregar escusadamente o administrador do concelho e o agente do ministerio publico, sobre os quaes pesam já muitas e variadas attribuições.

O illustre deputado que o precedeu, notou que não havia inconveniente em admitir os recursos para os conselhos de districto, porque se estes na sua origem remota se resentiam da eleição popular, eram todavia proximamente escolhidos pelo governo, sob proposta de uma lista tripartite. Observa, porém, o orador, que a escolha feita pelo governo não é garantia para o fisco, porque é restricta e forçada a certo numero de pessoas, que na sua origem remota são de eleição popular. De mais que não havia coherencia em admitir um corpo essencialmente independente do governo a julgar e annullar as decisões de uma junta, composta na sua maioria de empregados do governo. Finalmente, que os conselheiros de districto seriam juizes em causa propria, e que o projecto submettido á consideração da camara tende a acautelar, porque elles interessavam em que as contribuições dos seus concelhos não augmentassem, e em que não acabassem as desigualdades que lhes importassem favor.

Elle orador, aproveita esta occasião para responder ao primeiro orador que encetou o debate, o qual sustentou, que era offender a dignidade dos proprietarios, membros da junta dos repartidores, e os conselheiros de districto, suppondo-os capazes de se deixarem levar por sentimentos menos honrosos nas decisões d'estas questões. Entende, elle orador, que não ha offensa alguma a esses cavalheiros, nem tratamos de discutir as suas pessoas, mas unicamente de prestar assenso e reconhecer praticamente a verdade de um grande principio, de que ninguém pôde ser juiz em causa propria; que devemos abstrahir inteiramente de pessoas, escendendo os homens átravez dos principios, unicos que devemos respeitar na confecção das leis.

Observou mais o illustre deputado que o precedeu, que o recurso para o conselho d'estado é inutil, porque a maior parte dos contribuintes não têm relações nem meios para acompanhar ou tratar a questão em Lisboa. Porém elle, orador, que tem percebido que esta ponderação tem produzido grande impressão no espirito da camara, acha meio de remediar-se esse mal, ampliando á materia das contribuições o que se acha disposto para negocios eleitoraes e de recrutamento, isto é, que as reclamações sejam escriptas em papel não sellado, e que sejam remettidas officialmente ao conselho d'estado, e ali decididas officiosamente, como acontece com as reclamações por via do recrutamento.

Estranhou tambem o illustre deputado que o precedeu, que se restringim os recursos para o conselho d'estado ao unico caso de preterição de formulas essenciaes, ou violação de lei expressa. Porém entende elle, orador, que não podia ser de outra maneira: que o conselho d'estado n'este caso não pôde ser mais do que um tribunal de revista, para conhecer do direito, sem competencia para conhecer do facto; por quanto as resoluções de facto haviam de depender das informações das autoridades locais, que não podiam ser outras senão as que compõem a junta dos repartidores, vindo assim a decisão d'esta a ser acatada em primeira e ultima instancia.

Causou uma séria afflicção ao illustre deputado que o precedeu, a circumstancia de se permitirem os recursos extraordinarios e em toda a amplitude a certas pessoas, em quanto que aos contribuintes em geral só se lhe concedem os recursos ordinarios e restrictamente. Porém elle, orador, entende que não ha razão para fazer espanto com esta circumstancia, porque taes recursos são permittidos; primeiro, á *fazenda nacional*, que foi privilegiada em todos os tempos, porque não deve soffrer pela incuria dos seus administradores, pouco sollicitos em promover os recursos ordinarios; segundo, *aos collectados sem fundamento algum*; e nada mais justo do que aliviar da contribuição, por exemplo, um individuo, que sendo de fóra do concelho e ali onerado com contribuições em propriedades de que elle não é senhor, e que não tinha razão para saber do vexame e usar do recurso ordinario, permitindo-se-lhe o recurso extraordinario; terceiro, *aquelles a quem de direito compete o beneficio de restituição de qualquer quota de collecta*, porque se o thesouro lhe é devido, nada mais razoavel do que indemnisa-lo em qualquer tempo, pois que nem o fisco nem o paiz lucra com que pague quem não deve pagar, mas só quem dever. E tanto estes recursos extror-

dinarios são justos, que já se acham reconhecidos na nossa legislação.

O illustre deputado que o precedeu, notou tambem no projecto a deficiencia de não marcar os prazos para os recursos, com o fundamento de que esta materia é tão importante, que devia chamar a attenção do poder legislativo. Porém elle, orador, entende que a fixação dos prazos para os recursos é da exclusiva competencia do poder executivo: que ha uma linha divisoria que marca as raías entre o poder legislativo e executivo, em virtude da qual a acção do legislador morre, fixados os direitos e obrigações dos cidadãos com relação a um dado objecto, e principia ahi a esphera do poder executivo para preservar os meios de execução; que nada era mais absurdo do que impor ao governo a obrigação de conseguir um fim, qual era a execução da lei, e não o deixar livre na escolha dos meios para a consecução d'esse fim; e que os prazos d'estes recursos era uma condição essencial para a boa execução das leis, e em consequencia, a sua fixação uma pertença essencial do poder executivo.

O digno deputado que o precedeu tambem notou a incoherencia de haverem dois tribunales de recurso diversos, sendo um o conselho de estado, e o outro o governo pela repartição das contribuições directas. Porém entende elle, orador, que não ha occasião a reparar por este motivo, porque esta disposição já se acha consignada na nossa legislação, não é uma innovação d'este projecto, e por isso este reparo não é mais do que uma arma politica na especie em questão.

Argumentou o illustre deputado que acabou de fallar, que nos deviamos desenganar que esta reforma na junta dos repartidores nunca havia de impor a igualdade na repartição das contribuições. Porém elle, orador, observa a s. ex.ª que se lembre de que lhe ensinou na universidade que não ha systema perfeito n'este mundo, que devemos apenas buscar o isento de menos inconvenientes, e na impossibilidade de aspirar ao optimismo, appellar para o melhor, que o systema d'este projecto não era perfeito, mas era menos imperfeito do que o do decreto de 31 de dezembro de 1852. Que nós só deviamos rejeitar um projecto ou quando elle não fosse mais conveniente, que a lei que elle tendia a alterar, ou quando se deparasse com um alvitre mais proficuo do que o consignado n'elle; que não se verificava nenhuma das duas hypothesees no projecto em questão, e por isso que não havia motivo para ser rejeitado.

Reparou tambem o digno deputado, que ultimamente impugnou o projecto, que a desigualdade tem existido sempre desde que existe o escrivão de fazenda, nem deixará de continuar a existir, porque as suas circumstancias não o habilitam a resistir ás sugestões dos proprietarios. Parece, respondeu o orador, que era por essa circumstancia que havia o recurso para uma junta em que entravam dois proprietarios, e mais dois empregados de graduacão tal, que deve inspirar a confiança de que a lei será por ella acatada, e que, se tanto for preciso, deverá olhar-se pela sorte dos escrivães de fazenda para os collocar n'uma perfeita independencia.

Finalmente, argumentou o illustre deputado que acabava de impugnar o projecto, que o conselho d'estado estava tão sobrecarregado de trabalho pelas numerosas reclamações de que tinha a conhecer, que difficil e morosamente poderia conhecer dos recursos por via das contribuições; ao que responde o orador: 1.º, que o conselho d'estado pela nossa legislação já conhece de taes reclamações, e que pelo projecto, restringindo-se os recursos em logar de se sobrecarregar, aliviava-se o conselho d'estado, demais que este argumento, quando muito, podia provar a necessidade de organizar de outra forma o conselho d'estado, ou de confiar a decisão d'estes recursos a um outro tribunal, mas que de modo nenhum contrariava o pensamento do projecto.

Conclue o orador dizendo, que a questão nos seus verdadeiros termos era a seguinte: não se pôde admitir que a junta dos repartidores seja composta na sua maioria de proprietarios: 1.º, para não offender o principio do direito de que ninguém deve ser juiz em causa propria; 2.º, porque uma experiencia de oito annos tem feito conhecer os inconvenientes de uma tal organização. Não se tem descoberto melhor expediente ou alvitre do que substituir esta organização viciosa compoendo a junta de empregados fiscaes na sua maioria, que são estranhos aos interesses do concelho, ou, pelo menos, sujeitos á acção directa e forte do poder central, dando assim melhores garantias de cumprirem a lei.

Eis o terreno em que deve tratar-se a questão: todos os argumentos que se não dirigirem a este ponto não fitam ao alvo da questão, não se dirigem ao amago da materia: são digressões e devaneios de que elle, orador, se abstém, declarando á camara que vota a favor do projecto.

(Foi cumprimentado pelo sr. Ferrer e muitos srs. deputados.)

O sr. Carlos Bento:—o projecto que actualmente se discute faz parte do systema financeiro apresentado pelo governo, e as suas disposições especiaes não podem, de maneira alguma, considerarem-se desprezadas do systema geral de que ellas fazem parte.

É preciso ver as cousas como ellas são, e, portanto, não se diga que se trata unicamente de regularizar o imposto da contribuição de repartição, trata-se tambem de o augmentar; e esta sua asserção funda-se na declaração do sr. ministro da fazenda, quando disse, que era necessário elevar esta contribuição. O projecto tem por fim melhorar a base para poder dar maior desenvolvimento a este imposto. É clara e terminante a disposição do sr. ministro a este respeito.

O sr. ministro disse, não se augmenta desde já o imposto da contribuição predial pela desigualdade que n'esse imposto actualmente se dá; mas apenas se dêr a igualdade s. ex.ª de certo tratari de comparar o que dá este tributo entre nós com o que dá nas outras nações, e tirará o devido resultado que é augmentar a cifra do imposto.

Os cavalheiros que se sentam na administração esperam conseguir, com as modificações que introduzem na lei de repartição pelo projecto actual, o mesmo que já esperavam, quando dictatorialmente adoptaram em 1852 a legislação que existe a respeito da contribuição predial de repartição; era exactamente para fundar a igualdade do imposto, mas a experiencia de oito annos fez conhecer que essas esperanças foram completamente illusorias.

Em resposta ao precedente orador, entende que as questões politicas não se podem separar das questões de tributos ou de fazenda, porque é de uma boa situação politica que depende uma boa situação financeira.

É triste que os cavalheiros que sustentam o projecto se vejam obrigados a reconhecer que o projecto tem defeitos, e que apenas um raio de discussão cê sobre as suas disposições, se prestam a aceitar todas as modificações que se apresentem.

A influencia dos proprietarios ricos sobre certos funcionarios que têm de proceder á distribuição da contribuição, foi reconhecida pelo motivo de não estarem habilitados para resistir a essas influencias; mas ao mesmo tempo deixam-se esses agentes no mesmo estado. Diz-se que se lhes augmentem os seus ordenados, mas entretanto tem-se a coragem de dar attribuições tão importantes a individuos que não estão no caso de se desempenhar completamente, e de quem não ha nada a esperar!

Como dêse a hora o orador fica com a palavra reservada para a sessão seguinte.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã trabalhos em commissões depois do expediente, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 9 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Canella, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Coutinho e Vasconcellos, Correia Caldeira, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Arrobias, Couto Monteiro, Pequito, Pinheiro Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Santos Lessa, Vaz, da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abranches, Ferrer, Claudio Nunes, Conde da Torre, Pereira da Cruz, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Monsinho, Filipe Brandão, Barros, Coelho do Amaral, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Pereira de Carvalho, Hermenegildo Blanc, Gomes da Palma, Gamboa, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Noronha e Menezes, Mamede, Neutel, Silva Cabral, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Chrispiano da Fonseca, D. José de Alarcão, Frazão, Rojão, Justino de Freitas, Aboim, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares (Luiz), Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Pedro Roberto, Placido, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Ferrer, Visconde de Portocarrero.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Lisboa—O Parlamento publica a seguinte noticia acerca dos exames de instrucção primaria que se fizeram no presente anno na escola do arsenal de marinha:

«No dia 30 de abril proximo passado tiveram logar alguns exames de alumnos da escola de instrucção primaria estabelecida no arsenal de marinha, e temos a satisfação de annunciarmos que os fructos, que continua a produzir esta arvore plantada com amor e cultivada com desvelo no jardim da instrucção popular, não são menos gratos nem menos apreciaveis do que os que tem já produzido.

«Foram quinze os examinados, cujos nomes damos em seguida, com a declaração do tempo que têm de aula para a qual entraram verdadeiramente analfabetos. Deve notar-se, que os mezdes da matricula e frequencia devem contar-se a cada alumno por amateado, porque a lei é sómente em dias alternados, para que o ensino possa abranger aos 164 alumnos n'ella matriculados. Antonio da Cruz Gouveia, 28 mezdes; Antonio Francisco, 16 mezdes; Antonio José Bento de Oliveira, 28 mezdes; Jacinto Florindo Rosier, 24 mezdes; Jacinto Joaquim da Motta, 24 mezdes; Joaquim Simões, 24 mezdes; Joaquim dos Reis, 28 mezdes; José Antonio da Silva, 12 mezdes. N. B. Este já andava na soletração quando entrou para a aula. José Henriques dos Santos, 24 mezdes; José Maria Guia, 24 mezdes; Pedro Valeriano de Freitas, 16 mezdes; Marcelino José Gonçalves, 12 mezdes; Ricardo José Teixeira, 28 mezdes; Thomás da Cruz Vieira, 28 mezdes.

«Todos estes alumnos fizeram exame de ler, escrever e contar (as quatro operações por numeros inteiros e fraccionarios), principios geraes de grammatica portugueza, chronographia do reino de Portugal, principios de moral e doutrina christã. Nenhum dos alumnos deixou de se mostrar sufficientemente habilitado em todas as materias do exame, e alguns se mostraram habilitados excellentemente, e com especialidade na leitura, na escripta e na arithmetica.

«Presidiu aos exames o ex.ºº commissario dos estudos, D. José de Lacerda, e alem dos professores examinadores, o estado maior do arsenal de marinha, e algumas outras pessoas. Os exames foram feitos sem nenhum favor. Os professores recomendaram alguns dos alumnos como de muito distincto merecimento, e o digno commissario dos estudos deu merecidos elogios aos professores e aos discipulos.

Vizen.—O *Viriato* publica as seguintes notas estatisticas do movimento do hospital da misericordia e cemiterio publico d'esta cidade, com relação ao mez de abril proximo futuro:

| HOSPITAL DA MISERICORDIA            |         |
|-------------------------------------|---------|
| Existiam em 31 de março—enfermos de |         |
| ambos os sexos                      | 107     |
| Entraram                            | 104 211 |
| Sairam curados                      | 103     |
| Morreram                            | 6 109   |
| Ficam existindo em 30 de abril      | 102     |

| CEMITERIO PUBLICO                      |     |
|--|-----|
| Fallecidos no hospital da misericordia |     |
| Adultos do sexo masculino              | 4   |
| » do sexo feminino                     | 2   |
| Menores do sexo masculino              | —   |
| » do sexo feminino                     | 6   |
| Hospital regimental                    |     |
| Do sexo masculino                      | —   |
| Fallecidos na roda                     |     |
| Menores do sexo masculino              | 3   |
| » do sexo feminino                     | 4 7 |
| Fallecidos na cidade                   |     |
| Adultos do sexo masculino              | 1   |
| » do sexo feminino                     | 4   |
| Menores do sexo masculino              | 2   |
| » do sexo feminino                     | 7   |
|  | 20  |

Porto—Em sessão da camara municipal d'esta cidade, de 19 do passado, o sr. vereador Figueiredo deu conta, conforme o extracto que da mesma sessão publicam as folhas portuenses, de que em virtude da autorisação que lhe fóra conferida pela camara, em vereação de 22 de março ultimo, para tratar anualmente com os donos dos predios, cujos quintaes entestam com a estrada marginal do rio Douro, no sitio entre a lameda de Massarellos e o Bicalho, sobre o côrte que os mesmos quintaes tinham de soffrer por effeito do alinhamento n'aquelle local e para alargamento da estrada, effectivamente tinha conveniencido com os mesmos proprietarios José Pinto Guedes, herdeiros de Lourenço Pinto de Azevedo, e D. Rosa de La Roque, segundo o orçamento feito pelos mestres, com o qual elles se conformaram; e por tanto resolvesse a camara o que entendesse por conveniente. Considerando-se pois que a transacção ajustada pela quantia de 84562 réis era de grande utilidade e conveniencia publica para o alargamento da referida estrada n'aquelle sitio, por ser o mais estreito de toda ella, e que era de reclamada necessidade ser alargado em razão da difficuldade do transito, causada pela estreiteza, e tendo-se em vista que já em parte este alargamento tinha sido effectuado com o côrte de uma porção de terreno pertencente á fabrica de fundição do Massarellos, que havia sido autorisado pelo tribunal do conselho de districto por accordo de 28 de julho de 1859, exarado no extracto da acta da vereação de 14 de julho do mesmo anno, foi deliberado que se levasse a effeito a mesma transacção, a qual para produzir effeitos legais devia ser previamente autorizada pelo conselho de districto, ao qual devia ser patente um extracto da presente acta, e o orçamento



da despeza, feito pelos peritos, a fim de que elle podesse resolver sobre a competente autorisação, que a camara solicitava, para se realisarem os referidos cortes de terreno, e sua indemnisação pela verba destinada no proximo futuro orçamento para alinhamento de ruas.

—Naufraou no dia 30 do passado, em Foz Tua, no rio Douro, diz o *Porto e Carta*, o barco do arcebispo Francisco Carneiro, o qual vinha carregado de cereaes. Felizmente não houve victimas que lamentar, e parece que ainda se chegou a salvar uma parte da carga.

—O mesmo jornal publica as seguintes tristes noticias acerca da novidade vinicola do Douro:

«A molestia das vinhas começa, infelizmente, a grassar, e não ha ponto algum em que não tenha apparecido mais ou menos: o tempo favoreceu o seu desenvolvimento, pois os chuveiros se entrecruzaram com os frios e calores. Enxofra-se geralmente.

Guimarães—Conforme diz o *Barcelense*, já estava aberta a circulação publica a estrada que d'esta cidade se dirige a Villa Nova de Fátima. Na sua abertura houve immenso regosio, lançando-se girandolas de foguetes, etc. E está a maneira por que os povos recebem os importantes melhoramentos de viação.

—O mesmo jornal diz que, alem do *Conciliador*, de que já hoje fallámos n'esta folha, se publicava em Guimarães um novo jornal, o qual saia duas vezes por semana, e se denominava *A Oliveira*, sendo periodico de instrução e recreio, noticias e annuncios.

D'esta forma por uma folha periodica, que desapareceu, vieram á luz publica duas.

Ponte do Lima—O correspondente particular n'esta villa, do *Jornal do Porto*, dá a este periodico em data de 1 do corrente entre outras as seguintes noticias agricolas:

«Principiaram hoje a nossa correspondencia pelo *noticiario agricola*, dando o primeiro logar a uma noticia bem funesta.

«Já não ha duvida que o *oidium tukeri* principia a manifestar visivelmente a sua acção devastadora sobre as nossas vinhas!

«Esta triste verdade é de um alcance tão pernicioso para todos nós, de todas as classes, que vivemos neste bello torção do Minho, que nos fallece o animo para nos demorarmos em a commentar.

«E o mais é que o enxoframento por estes sitios, alem da difficuldade da sua applicação, em razão de a maior parte dos vinhedos consistirem em ladeiras e ramadas altas, não tem produzido nenhum resultado. Pelo menos sabemos que diferentes pessoas, que já fizeram uso d'elle, como foram entre outros os srs. José Mendes Ribeiro, na sua bella quinta do Mosteiro de Refojos do Lima, e outros proprietarios e lavradores dos concellos dos Arcos e Barca, não colheram resultados que os animassem a continuar nos seguintes annos.

«Em compensação porém d'esta má nova, podemos dizer que todas as outras são muito boas. O tempo corre delicioso, a sementeira dos milhos achase muito adiantada, todas as searas, tanto de cereaes como de leguminosas, estão magnificas.

«Os pomares acham-se tambem em optimo estado, e promettem uma grande abundancia de fructos, se exceptuarmos os pectegueiros, que o perderam todo, e as laranjeiras, principalmente as desabrigadas e expostas ao sul, que soffreram muito com a molestia que já ha annos costuma acommettelas.

«Os cereaes acham-se tambem por um preço que concilia bem a justa compensação do produtor com as forças das classes consumidoras. Regularam aqui no mercado de hontem pelos seguintes preços:

Milho, alqueire (16,5 litros) de 390 — 410  
Centeio, » » 480 — 500  
Trigo, » » 1.000 — 1.050  
e parece que com tendencias para subirem, principalmente o trigo.

«O gado bovino conserva-se tambem em um preço bastante elevado, e o mercado de hontem foi o maior e mais animado; e o em que se verificaram mais transações, ha um anno a esta parte.»

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 6 do corrente, e de Paris até 4.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:  
Berlín, 6 de maio—O governo pediu á camara um credito de 9 milhões para continuar a mobilisação provisoria do exercito, ordenada em 1859. Para cobrir as despesas continuará o augmento de 25 por cento sobre os impostos. Alem d'isto o governo pediu á camara um voto de confiança.

Vienna, 6—As ultimas noticias de Napoles, que alcançam até ao dia 4 do corrente, apresentam a Sicilia em completo estado de tranquillidade.

Londres, 4—Lord John Russell respondeu a sir Fitzgerald, que o governo inglez fez uma proposta ao governo americano relativa á ilha de S. João, a qual foi rejeitada pelo gabinete de Washington. Da resposta que se der agora a outra communicação recente dependerão as medidas que devem de futuro ser adoptadas.

Passou sem votação, em segunda leitura, o projecto ministerial do *bill* de reforma. No dia 4 de junho reunir-se-ha a camara em commissões para se occupar d'este assumpto.

Turim, 5—É certa a noticia de que os medicos e o clero da Romania apresentaram felicitações ao rei, offerecendo-lhe a quantia de 5.000.000 de francos. Sua magestade passou em revista as tropas. O baile dado no theatro foi dos mais esplendidos: assistiram a elle 4.500 pessoas, e 100 senhoras das principaes cantaram um hymno patriotico. Sua magestade regressa a Turim no dia 9 do corrente.

Berlín, 4—A camara dos deputados occupou-se da questão dos ducaes dinamarquezes. Mr. Schleinitz accusou o governo dinamarquez de ter faltado aos seus compromissos, acrescentando que a Prussia fará a favor dos ducaes quanto esteja ao seu alcance, tanto como estado allemão, como na qualidade de potencia europea.

Genebra, 4—A linha de caminhos de ferro entre Bouveret e Gengolphe, hoje fronteira franceza pela annexação de Chablais á França, deve inaugurar-se muito brevemente.

Marselha, 4—Dizem as correspondencias da India que os francezes nutriam a esperanza de que fosse levado a effeito um convenio amigavel com a China.

Paris, 4—O projecto de lei relativo aos direitos sobre materias primas, approvado quasi por unanimidade no corpo legislativo, passou no senado. Os demagogos italianos trabalham para comprometter o conde de Cavour, prestando auxilio aos rebeldes sicilianos. Reciea-se que Garibaldi tome parte na revolta.

### FRANÇA

O *Moniteur* de 3 do corrente publica a segunda nota relativa á neutralisação da Saboya, dirigida pelo ministro dos negocios estrangeiros da França aos representantes do imperador, nas cortes que tomaram parte na assignatura da acta final de Vienna. N'este documento, datado de 16 de abril proximo passado, mr. Thouvenel trata especialmente de demonstrar que as pretensões do governo helvético não têm fundamento algum, tanto debaixo

do ponto de vista strategico, como debaixo do ponto de vista internacional.

—Affirma-se em Paris que, apenas for officialmente declarada a annexação da Saboya e Niza, estes paizes serão administrados, durante algum tempo, por mr. Pietri e mr. Sayte, na qualidade de governadores civis.

(La Correspondencia de Espana.)

### NAPOLES

Afirmam algumas correspondencias italianas que o general Changarnier, accedendo ao convite que lhe dirigiu o rei de Napoles, tomará o commando em chefe do exercito napolitano que hoje se compõe de 160.000 homens.

Diz-se tambem, não sabemos com que fundamento, que o general Bedeau será nomeado commandante em chefe do exercito que os duques destronados estão organizando nas margens do Pó.

(La Correspondencia de Espana.)

### AUSTRIA

A *Gazeta de Vienna* publica n'um dos seus ultimos numeros as nomeações dos conselheiros do imperio. Figuram no numero de conselheiros vitalicios o general Lieschtesin, o arcebispo Ranschier, o principe Schwastzenberg e o conde de Apponny. Os temporarios são em numero de 38.

—O general Beneduse, apenas assumiu o governo da Hungria, dirigiu aos habitantes uma allocução, manifestando que conta com o auxilio do paiz para realizar os desejos do imperador, na parte relativa á sua futura organização.

(La Correspondencia de Espana.)

—A *Independencia Belga* diz que a segunda camara do Hanover acaba de votar um credito extraordinario para o estabelecimento de um arsenal.

Antes de se proceder á votação, teve lugar uma declaração de Kennigsn, chefe do partido da opposição, manifestando que os governos e os povos da Alemanha devem unir-se para uma guerra, na opinião do orador, inevitavel, com a França.

### COCHINCHINA

A expedição franco-hespanhola parece querer renunciar ao emprego das armas, para adoptar os meios pacificos e civilisadores que estreitam hoje as relações dos povos, estabelecendo entre elles uma communicação de interesses moraes e materiales.

É o que se deprehe da proclamação que o contra-almirante Page publicou em Saigoun, no dia 10 de fevereiro ultimo, e que o consulado de França mandou inserir no jornal official de Hung-Kong. Este documento é concebido nos termos seguintes:

«O contra-almirante, commandante em chefe da divisão naval e do corpo expedicionario da Cochinchina:

«Attendendo a que é de grande importancia para as nações da Europa o fazer penetrar o commercio no reino da Cochinchina, fechado, até hoje, a todas as relações com os europeus;

«Attendendo a que os habitantes de Malaisia e de uma parte das costas da China, das ilhas da Reunión e de Mauricia, são altamente interessados em que se estabeleçam communicações, que permitam que se tire das provincias do sul da Cochinchina o arroz de que carecem para sua subsistencia;

«Attendendo a que a abertura de um porto n'esta parte do reino de Annam póde contribuir para apresurar a conclusão da guerra, que a obstinação do governo annamista em recusar ter relações com os europeus, e até mesmo em maltrata-los, obrigou a França a declarar ao rei da Cochinchina;

Decide o seguinte:  
Artigo 1.º O rio de Saigoun, desde o cabo de Saint-Jacques até á cidade de Saigoun, fica aberto, sob a protecção das autoridades francezas, aos navios do commercio de todas as nações que estejam em paz com a França, submettendo-se aos regulamentos do porto.

Art. 2.º Continua o bloqueio de todos os outros pontos da Cochinchina, tal qual foi estabelecido pela declaração do almirante commandante em chefe em setembro de 1858.

Art. 3.º Qualquer introdução ou tentativa de introdução de armas e de munições de guerra, n'um ou outro ponto da costa, terá como resultado a captura e confiscação do navio que tiver parte n'este commercio illicito.

Art. 4.º Como a abertura do porto de Saigoun é essencialmente uma medida de guerra, fica sendo tambem revogavel, se as circumstancias d'ella tornarem necessaria a sua suppressão.—Page.

(La Presse.)

### CHILI

As noticias d'este paiz alcançam até 15 de março ultimo. O movimento mercantil e industrial, e a organização de empresas fomentadoras de melhoramentos publicos, começaram a resentir-se, por causa das eleições para a nomeação do novo presidente, que deviam ter lugar no proximo mez de dezembro. Reciea-se que a luta seja das mais encarniçadas.

(La Correspondencia de Espana.)

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO  
DO  
INFANTE D. LUIZ  
NA ESCOLA POLYTECHNICA

| MAIO-9 | BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|--------|---------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
|        | Millimetros         | Grãos C.                  | Por 100                 | Ramos              |
| 9 m.   | 755,89              | 18,0                      | 69,4                    | S.                 |
| 3 t.   | 754,86              | 20,7                      | 47,6                    | OSO.               |

|                                  |      |      |  |  |
|----------------------------------|------|------|--|--|
| DIA 8.                           |      |      |  |  |
| Maxima—temperatura.....          | 19,4 | C.   |  |  |
| Minima.....                      | 12,0 |      |  |  |
| Ozone (de noite).....            | 5,5  |      |  |  |
| Ozone (de dia).....              | 4,5  |      |  |  |
| Chuva (ulometro).....            | 0,0  | mil. |  |  |
| Evaporação (vaporimetro).....    | 5,0  |      |  |  |
| Altura barometrica correcta..... |      |      |  |  |
| Temperatura á sombra.....        |      |      |  |  |

## NOTICIAS COMMERCIAES

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

| Nota do assucar despachado para consumo no mez de abril de 1860 |          |              |
|---|----------|--------------|
| PORTOS D'ONDE VEIU  | REFINADO | NÃO REFINADO |
| Bahia.....  | —        | 491.215      |
| Cabo Verde.....   | —        | 611          |
| Cadiz.....  | 81       | 166          |
| Cotinguiba.....   | —        | 834          |
| Gibraltar.....  | 301      | —            |
| Liverpool.....  | —        | 20.696       |
| Londres.....  | 4.906    | —            |
| Marselha.....   | —        | 11.416       |
| Marrocos.....   | —        | 1.386        |
| Nantes.....   | 227      | —            |
| Pará.....   | —        | 28.119       |
| Pernambuco.....   | —        | 725.367      |
| Rio de Janeiro.....   | 189      | 32.635       |
| Total.....  | 5.704    | 1.312.745    |

## MOVIMENTO MARITIMO

### BARRA DE LISBOA

Dia 9 de maio de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

S. Vicente, hiate portuguez, mestre J. Rodrigues, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, com cepa; 6 pessoas de tripulação.

Evertsen, fragata hollandeza a vapor, commandante A. C. van Aceland, de cruser na costa em 8 dias; 510 praças do guarnição, 51 peças, e da força de 500 cavallos.

Admiral van Wassenan, fragata hollandeza a vapor, commandante o capitão R. van Voss, de cruser na costa em 8 dias; 260 praças de guarnição, 45 peças, e da força de 300 cavallos.

Novo Destino, bateira, mestre J. Brandão, de Setubal em 2 dias, com madeira; 6 pessoas de tripulação.

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, de Setubal em 3 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Os passageiros do hiate *Diligente do Minho*, entrado hontem, são: Antonio José Rodrigues, João Manuel Pontilhas, Alexandre José Peres, serventes; portuguezes: João Ogica, José Peres, José Mesa, Manuel Esteves, Manuel Cavalleiro, João Manuel Rodrigues, com uma pessoa de familia, José Fernandes, José Manuel Martins, Manuel Sotelo, Manuel Romaes, João de Paula, Bento Nunes, Manuel Martins Romero, João Miguel Durão, Manuel Bernes, João Fernandes de Souto, João Solheiro, Francisco Durão, José Martins, José da Casa Nova, José Peres, Alexandre José Ferreira, serventes; hespanhoes.

Os passageiros da barca *Novo Tentador* são: Antonio José de Bastos, negociante; João Evangelista da Silva, Domingos Gonçalves do Valle, com uma pessoa de familia, Joaquim José de Lima e sua mulher, Manuel d'Ávila, Bernardino da Silva, José Joaquim Gonçalves, Ignacio Domingues da Costa, Antonio Martins dos Santos, Joaquim Ferreira Verdet, Francisco Ferreira Verdet, Manuel Ferreira S. Thiago, José Alves com 2 pessoas de familia, José Rodrigues Fontes, Victorino Ribeiro, Manuel Pedro Ferreira, Antonio Henriques da Silva e sua mulher, José Francisco, Francisco Joaquim Pereira Vianna, José da Ruda Estrella, Luiz Manuel, Luiz de Oliveira Canavezes, Antonio Ribeiro, Manuel Ferreira Lima, Manuel Pereira, Francisco Pinto Tavares, Francisco Luiz Teixeira, José Gomes de Oliveira, Antonio dos Santos Silva, Miguel J. da Silva, Manuel Leal Soares, Ladislau de Almeida, M. Domingues, M. da C. Ferreira, A. da S. Lessa com 1 irmão, Bento José de Oliveira, Antonio de Almeida, Justino da Silva, Antonio Pereira de Freitas, Antonio José Gonçalves, Domingos José Gonçalves, José Antonio Gonçalves, artistas; Antonio da Silva, guarda-livros; José Cardoso, Joaquim de Oliveira Marques, caixeiros; Joaquim Massede Cardoso, enfermeiro; Francisco Rodrigues das Neves, Antonio dos Santos, Manuel Pereira Duarte, João Tavares, João de Faria, José Antonio Ribeiro, Manuel da Silva Guimarães, José Francisco, Antonio Francisco de Oliveira, José Ferreira, Candido Ribeiro, Joaquim da Silva, trabalhadores; Bernardino Rosa de Jesus, Josepha Maria da Cunha; portuguezes: José Franco, artista; D. Antonio Figueira Henrique; hespanhoes: José Antonio Moreira, Antonio Coelho, trabalhadores; portuguezes.

### EMBARCAÇÕES SAIDAS

Guadalquivir, lugre inglez, capitão W. Hopkins, para Liverpool, com fructa e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

S. João Baptista, hiate portuguez, mestre B. J. Ramos, para Setubal, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Clio, barca ingleza, capitão J. Tilly, para Sines, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Capital, brigue inglez, capitão W. Chapman, para Swansea, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Minne, barca ingleza, capitão G. Hislop, para Quebec, com sal; 12 pessoas de tripulação.

Alvoen, brigue norueguez, capitão S. Haavaldren, para Setubal, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Santos & Oliveira, hiate portuguez, mestre F. A. Rodrigues, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Amazon, paquete inglez a vapor, capitão A. Leggett, para Cadiz, Mogador, Grã-Canarias, Lanza-rete e Tenerife, com fazendas, ferro e mais generos; 24 pessoas de tripulação, e 35 passageiros.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com tabaco e encomendas; 23 pessoas de tripulação, e 120 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 9 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 8 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 7

Entradas—Portuguezes, hiates *Lanceiro* e *Primavera*; ambos de Setubal, o primeiro em 6 dias e o segundo em 5; *Phénix*, e rasca *Correio de Aveiro*; ambos de Aveiro em 2 dias; patacho inglez *Oporto*, de Dublin em 12 dias.

Não saiu embarcação alguma.  
Fôra da barra fica um patacho.  
O mar está bom.—O vento esteve O. regular, continuando ainda.

De Villa do Conde, do dia 5  
Entradas—Portuguezes, rasca *Nazareth Santa Anna*, de Lisboa, com vinho e pedra de cal; hiate *Oliveira Brilhante*, de Setubal, com sal e arroz.  
Mar bom.—Vento O.

Do dia 6  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento O.

De Vianna do Castello, do dia 7  
Entradas—Portuguezes, hiates *Santo Antonio* e *Almas*, e *Bom Jesus dos Navegantes*; ambos de Lisboa, com sal; rasca *Conceição Feliz*, da Figueira, com vinho e sal.

De Caminha, do dia 7  
Entradas—Portuguezes, patacho *Esperancoso*; palhabetes *Franco* 1.º de Caminha e *Resolvido*; todos tres de Malaga, em lastro; rasca *Annuniação*, da Figueira, com pedra e azeite.  
Mar bom.—Vento SO.

De Aveiro, do dia 7  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento NO.

Da Figueira, do dia 7  
Entradas—Portuguezes, bateiras *Adelaide*, de Lisboa, com varios generos; *Nova Oliveira*, de S. Martinho, em lastro; cahique *Santo Antonio* e *Almas*, de Ceimbra, com sardinha.  
Não saiu embarcação alguma.  
Mar bom.

Da Ericeira, do dia 7  
Entrou o cahique *Senhora do Livramento*, de Sines, com varios generos.  
Saídas—Portuguezes, rasca *Primavera*, para Vianna; *Albina*, para a Pedreira.  
Mar bom.—Vento OSO.

De Setubal, do dia 7  
Entradas—Brigues, noruegues *Aglaiia*, de Lis-

boa, em lastro, e suco *Berseluis*, de Genova, em lastro; hiate portuguez *Feliz Pensamento*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Brigue prussiano *John*, para Copenhague, com sal; barca norueguesa *Olaf Hye*, para Stavanger, com sal; bateira portugueza *Nova Destino*, para Lisboa, com madeira; canoa portugueza *Oliveira*, para Lisboa, com azeite e arroz; hiate portuguez *Valente* 2.º, para o Porto, com sal; vapor inglez *Douro*, para Liverpool, com fructa.  
Vento NO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 7  
Entradas—Portuguezes; botes, *Alleluia* e *S. Vicente*, de Gibraltar em 2 dias, com arroz; polaca franceza *Ville d'Agde*, de Lisboa em 2 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento O. fresco.

De Tavira, do dia 7  
Entradas—Portuguezes, cahiques, *Senhora dos Martyres* e *Nova Destino*, de Gibraltar em 3 dias, com arroz e alpista.

Não saiu embarcação alguma.  
Mar tempo.—Vento SO. regular.

De Faro, do dia 7  
Não entrou embarcação alguma.  
Saídas—Portuguezas, cahique de guerra *Mindello*, para o cruzeiro; escuna *Carolina*, para Gibraltar, em lastro.  
Bom tempo.—Vento variavel.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 8 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim graphico)

Bolsa de Madrid, em 9 de maio—3 por cento consolidado a 48,15, 48,10 e 48—3 dito differido a 38,30 e 38

Bolsa de Paris, em 9 de maio—3 por cento francez a 70,70—4 1/2 dito a 96,25.

Bolsa de Londres, em 9 de maio—Consolidados de 95 3/4 a 95 1/2.

## AVISOS

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 16 do corrente, pelas onze horas da manhã, o leilão de fazendas de algodão e linho, lenços de cambraia, cebo, gomma obo, palha, tapioca, couros, enfeites de cabeça de senhora, loiça, bandejas, papel, livros, potassa, vidros, pau para tinta, e varios outros objectos.

Alfandega grande de Lisboa, 7 de maio de 1860.

### CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembléa geral para quinta-feira 10 do corrente, pelas oito horas e meia da tarde. Ordem do dia—segundas leituras, e continuação da discussão da proposta sobre pautas, e do projecto do regimento interno.—O secretario, José Antonio Dias.

### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 12 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se tratar de um requerimento, em que um socio pede se lhe conceda um auxilio pecuniario para poder ir gosar dos ares da Madeira; e de outro da viuva de um socio, em que pede se lhe mande pagar a despeza que fez com o funeral de seu marido.

Lisboa e sala da associação, aos 3 de maio de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

### MONTE PIO PHILARMONICO

O presidente da assembléa geral faz constar a todos os socios, que pelo artigo 12.º dos estatutos têm voto na mesma assembléa, que na conformidade do § 1.º do artigo 36.º dos mesmos estatutos, se ha de reunir a dita assembléa no dia 10 do corrente, na sala das suas sessões, pelas tres horas da tarde.

Sala das sessões, 3 de maio de 1860.—O 2.º secretario, Luiz Gonzaga de Sousa Andrade Ferreira.

### ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA LISBONENSE

De ordem do sr. presidente da assembléa geral é convocada a mesma para se reunir no dia 13 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, rua do Ferregial de Cima.

A mesa espera que os socios da associação typographica compareçam a esta sessão, não só por que tem logar para um fim muito importante, como tambem ao grande transtorno que causa a alguns socios que se reúnem, sem que todavia haja numero para a assembléa poder funcionar.

Sala das sessões, 8 de maio de 1860.—O secretario, Francisco de Sousa Pereira.

### FUTURO SOCIAL

São convidados todos os associados, assim como as pessoas estranhas á associação, a concorrerem segunda-feira 14 do corrente, pelas oito horas da noite, ás salas do Centro Promotor, a fim de tomarem parte na importante discussão da seguinte these, proposta pelo sr. João Felix Rodrigues: *Póde e deve effectuar-se a união iberica?*—O secretario, J. H. de Almeida Blanco.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### JULIO GERARD

O MATADOR DE LEÕES

### A CAÇA AO LEÃO

ORNADA COM 11 ESTAMPAS E O RETRATO DO AUCTOR

TRADUZIDA POR F. F.